



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

195ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 23 e 24 de novembro de 2011

BRASÍLIA – DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

195ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

Data: 23 e 24 de novembro de 2011

1 Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e onze teve início a Centésima Nonagésima
2 Quinta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do
3 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da
4 Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE, Carlos Eduardo Ferrari.
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS:
6 Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS e Representante Titular da Associação para
7 Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE; Conselheiro Renato Francisco dos Santos
8 Paula, MDS; Conselheira Solange Teixeira, SENARC; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque,
9 MDS; Maria do Socorro Fernandes Tabosa, MDS; Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues,
10 FONSEAS; Conselheira Léa Lucia Cecílio Braga, MDS; Conselheiro José Geraldo França Diniz,
11 MPOG; Conselheiro Fábio Moassab Bruni, MDS; Conselheira Fátima Aparecida Rampim, MPS;
12 Conselheiro José Ferreira da Crus, MDS; Conselheira Ely da Silva, FONSEAS; Conselheiro Sérgio
13 Wanderly Silva, CONGEMAS; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, CONGEMAS; Conselheiro
14 Pedro Ost, UBEE; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Fundação ORSA; Conselheiro Renato
15 Saidel Coelho, Associação da Igreja Metodista; Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Federação
16 Espírita Brasileira; Conselheira Leila Pizzato, Associação Antônio Vieira; Conselheira Maria do
17 Carmo Tourinho Ribeiro, Associação Brasileira de Autismo; Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra
18 de Araujo, FENEIS; Conselheiro Samuel Rodrigues, Movimento Nacional de População de Rua;
19 Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos, FENAPAES; Conselheiro Frederico Jorge de
20 Souza Leite, FENAPSI; Conselheira Jane Pereira Clemente, FENATRIBEF; Conselheira Maria
21 Aparecida do Amaral Godói de Faria, CNTSS/CUT; Conselheira Ana Carolina Barros Pinheiro
22 Carrenho, OAB; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, CTB; e, Conselheira Márcia
23 Mansur Saadallah, Conselho Federal de Psicologia. **ABERTURA.** Aos vinte e três dias do mês de
24 novembro de dois mil e onze, o Presidente deu início à Centésima Nonagésima Quinta Reunião
25 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, solicitando à Secretária-Executiva a
26 verificação de quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheiro Renato Francisco de
27 Santos Paula, Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues,
28 Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga, Conselheiro José Geraldo França Diniz, Conselheiro José
29 Ferreira da Crus, Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, Conselheiro Pedro Ost, Conselheiro Clodoaldo
30 de Lima Leite, Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheiro Frederico Jorge Souza Leite, Conselheira
31 Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria, Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes.
32 Conselheiros Suplentes: Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa, Conselheiro Fábio Bruni,
33 Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Conselheiro Renato Saidel Coelho, Conselheira Leila
34 Pizzato, Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, Conselheira Maria da Conceição Pires

35 dos Santos, Conselheira Jane Pereira Clemente e Conselheira Solange Teixeira, substituindo a
36 Conselheira Ana Cláudia. A seguir, o Presidente passou para o **Item Aprovação da ata da 194ª**
37 **Reunião Ordinária do CNAS e da pauta.** Em não havendo nenhuma observação, o Presidente em
38 exercício considerou a ata aprovada pelo Pleno. **Pauta: Dia 22/11/2011 - Manhã- 9h às 12h -**
39 **Reunião do GT que discute as alíneas “c” e “d” do artigo 2º da LOAS. 13h às 15h - Reunião da**
40 **Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social: Relatório de Execução da Ação**
41 **8249 e outros. - Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social: Regularizar os**
42 **procedimentos internos referentes aos recursos contra as decisões de indeferimento de inscrição**
43 **apresentados ao CNAS e outros. Tarde - 14h às 16h -Reunião Conjunta da Comissão de Política da**
44 **Assistência Social com a Comissão de Políticas Públicas do CONANDA - SINASE – Acolhimento**
45 **de crianças e adolescentes e toque de recolher. 15h às 18h - - Reunião da Comissão de**
46 **Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social: Elaborar orientações para implementação da**
47 **Resolução CNAS nº27/2001 sobre a caracterização das ações de assessoramento e de defesa e**
48 **garantia de direito e outros. Dia 23/11/2011 – Manhã - 8h30min às 9h30min - - Reunião da**
49 **Presidência Ampliada. 09h30 às 09h45 - Aprovação da ata da 194ª Reunião Ordinária do CNAS e da**
50 **pauta. 09h45min às 10h45min - Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT e de**
51 **Conselheiros, inclusive sobre a participação nas Conferências de Assistência Social. 10h45min às**
52 **11h - Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2- Informe sobre o Projeto de Lei nº**
53 **7.672/2010, que estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o**
54 **uso de castigos corporais, ou de tratamento cruel ou degradante. (Convidada a Presidente da**
55 **Comissão Especial da Câmara dos Deputados: Érika Kokai). 11h às 12h - Participação do CNAS no**
56 **Fórum Social Mundial (a ser realizado em janeiro de 2012, Porto Alegre/RS). Tarde - 14h às 16h -**
57 **Relato do GT que discute as alíneas “c” e “d” do inciso I do art. 2º da LOAS. 16h às 18h - Relato da**
58 **Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Dia 24/11/2011 –**
59 **Manhã -09h às 10h - Apresentação do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**
60 **“Viver sem limite” pela Secretaria Nacional de Assistência Social e pela Secretaria Nacional de**
61 **Promoção dos Direitos da Pessoa com**
62 **Deficiência. 10h às 11h - Apresentação da Secretaria de Orçamento Federal - SOF sobre educação**
63 **fiscal. 11h às 12h - Relato da Presidência Ampliada. Tarde - 14h às 15h - Relato da Comissão de**
64 **Financiamento da Assistência Social. 15h às 16h - Relato da Comissão de Acompanhamento aos**
65 **Conselhos de Assistência Social. 16h às 17h - Relato da Comissão de Política da Assistência Social**
66 **17h às 18h - Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. O Presidente em exercício**
67 **informou que a Presidência Ampliada tinha uma sugestão de alteração de pauta do dia 23 de**
68 **novembro, transferindo os itens Relato do GT que discute as alíneas “c” e “d” do inciso I do art. 2º da**
69 **LOAS, e o Relato da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social,**
70 **para o dia 24, procedendo à apresentação do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.**
71 **O Conselheiro Renato Saidel manifestou preocupação com relação aos quatro itens para apresentar**
72 **em uma hora na pauta, devendo se tomar cuidado para não prejudicar o andamento final. O**
73 **Presidente em exercício observou as pendências, mas que não teriam dificuldades quanto à alteração**
74 **proposta. A Conselheira Simone destacou o procedimento de o CNAS deliberar sobre as questões a**
75 **serem remetidas para a Conferência Nacional, indicando a regulamentação do artigo VI, relativo ao**
76 **financiamento e que requeria voto qualificado, expressando a preocupação para que não fosse**
77 **transferido para o dia seguinte ao final do Pleno, podendo ser prejudicada sua votação. O Presidente**
78 **em exercício concordou com as colocações, com a Comissão de Política passando para o primeiro**
79 **relato. O Conselheiro Sérgio solicitou que o relato referente ao CONGEMAS fosse feito pela manhã,**
80 **visto que teria que se ausentar, o que ficou consensuado. O Conselheiro Carlos Rogério citou a**

81 ausência do Conselheiro Pasquini, indicando a importante votação na Comissão de Normas e
82 querendo assegurar o quorum. O Presidente cumprimentou os presentes, destacando ao Conselheiro
83 Carlos Rogério que a Plenária votaria muitas matérias importantes e que no dia seguinte a pauta era
84 curta podendo ser votada a Comissão de Normas. A seguir, considerou a pauta aprovada pelo Pleno,
85 considerando as alterações solicitadas. Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT
86 e de Conselheiros, inclusive sobre a participação nas Conferências de Assistência Social. A
87 Secretaria-Executiva passou a leitura de *“Informes gerais. Ausências justificadas: Conselheiro José*
88 *Araújo da Silva, nesta reunião ordinária e na reunião da Comissão Organizadora da VIII*
89 *Conferência Nacional de Assistência Social, no dia 25 de novembro, por sua participação na III*
90 *Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, que será realizada de 23 a 25 de novembro em*
91 *Brasília, na qual representará o estado do Paraná; a Conselheira Márcia Mansur, nesta reunião*
92 *ordinária, em virtude da sua participação na banca examinadora da PUC/MG; Conselheiro Renato*
93 *Francisco Santos Paula, na reunião das comissões temáticas, no dia 22 de novembro e na reunião*
94 *da comissão organizadora da VIII conferência nacional de assistência social, no dia 25 de*
95 *novembro, em virtude de compromissos tratados anteriormente; A Conselheira Ana Carolina Barros*
96 *Pinheiros Carrenho, nesta reunião ordinária, em virtude de compromissos institucionais; A*
97 *Conselheira Cinara Dias Custódio, nesta reunião ordinária, em questão de problemas de saúde; A*
98 *Conselheira Célia Mota de Carvalho, nesta reunião ordinária, em virtude de compromissos*
99 *institucionais. E-mails enviados aos Conselheiros. Convocações: Convocação para o conselheiro*
100 *Samuel Rodrigues participar da I Reunião Extraordinária da Comissão Nacional Intersetorial para*
101 *acompanhamento e implementação do plano nacional de promoção , proteção e defesa do direito de*
102 *crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, PNCFC, realizada no dia 9 de*
103 *novembro de 2011, das 9h às 12h, em Brasília; Convocação para os conselheiros Renato de Paula,*
104 *Frederico Jorge de Souza Leite, Renato Saidel Coelho, José Araújo da Silva, Marisa Rodrigues da*
105 *Silva, José Ferreira da Cruz e Célia Mota participarem da 11ª Reunião da comissão organizadora*
106 *da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, que acontecerá nos dias 9, 10 e 11 de novembro*
107 *de 2011, a partir das 14h, no CNAS; Convocação para o Conselheiro Renato Saidel representar o*
108 *CNAS na 109ª reunião ordinária da CIT, no dia 29 de novembro de 2011, em Brasília, a partir das*
109 *9h30m; Convocação para reunião do GT que discute as alíneas ‘c’ e ‘d’ do artigo II da LOAS,*
110 *realizada nos dias 21 e 22 de novembro, enviada aos integrantes do referido GT, conselheiros*
111 *Samuel Rodrigues, Jane Clemente, Leila Pizzato, Renato Saidel Coelho, Simone Aparecida*
112 *Albuquerque, Sérgio Wanderly Silva, Maria do Socorro Fernandes e Eutália Barbosa Rodrigues,*
113 *integrantes do Grupo de trabalho; Convocação para a 195ª reunião ordinária do CNAS, nos dias 22,*
114 *23 e 24 de novembro de 2011, de 9h às 18h, em Brasília, enviada aos Conselheiros nacionais*
115 *titulares e suplentes; Convocação para reunião do comitê de acessibilidade da comissão*
116 *organizadora, no dia 21 de novembro, aos conselheiros Clodoaldo de Lima Leite, Maria Auxiliadora*
117 *e Frederico Jorge; Convocação para a 12ª reunião da comissão organizadora, no dia 25 de*
118 *novembro, enviada aos conselheiros Renato de Paula, Frederico Jorge, Renato Saidel, José Araújo,*
119 *Marisa Rodrigues, José Ferreira da Cruz e Célia Mota; Convocação para o Conselheiro Wagner*
120 *Carneiro participar da reunião com a União dos Conselhos Municipais de assistência social de BH,*
121 *no dia 30 de novembro de 2011; Convocação para a 195ª reunião ordinária do CNAS, enviadas às*
122 *conselheiras Solange Teixeira e Carmen Silveira de Oliveira. Publicações de resoluções do CNAS e*
123 *Portarias: Portaria nº 296, de 1º de novembro de 2011, DOU 03/11/2011, seção 2, página 51 eu*
124 *designa membros do CNAS para a representação governamental; Portaria nº 311 de 22 de*
125 *novembro de 2011, seção 2, que designa membros do CNAS para representação governamental;*
126 *Resolução CNAS nº29, de 1º de novembro de 2011, DOU 03/11/2011, seção I, página 108, que altera*

127 o § III do artigo IV da resolução CNAS nº 16, de 5 de maio de 2010, que define os parâmetros
128 nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos
129 serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos conselhos de assistência social dos
130 municípios e do DF. Participação do CNAS: O conselheiro José Ferreira da Cruz participou da
131 Conferência Estadual do Ceará nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2011; o presidente do CNAS,
132 Carlos Ferrari, participou da conferência estadual de MG nos dias 20, 21 e 22 de outubro de 2011;
133 o conselheiro Frederico Jorge participou da oficina de trabalho sobre o levantamento nacional das
134 crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, no dia 21 de outubro, em Brasília; o presidente
135 do CNAS, Carlos Ferrari, participou o 12º congresso brasileiro do terceiro setor, no dia 21 de
136 outubro de 2011, em SP, e ministrou palestra sobre o tema ‘o novo papel do CNAS na certificação,
137 normatização e repartição dos recursos públicos’; o vice presidente do CNAS, Renato de Paula e a
138 servidora Liliane Neves do Carmo, participaram da conferência estadual do RJ, nos dias 23, 24 e 25
139 de outubro de 2011; o conselheiro Renato Saidel e a servidora Maria Auxiliadora Pereira
140 participaram da Conferência estadual da Bahia nos dias 24, 25 e 26 de outubro; o conselheiro
141 Samuel Rodrigues e a servidora Jamile Maria Boueres Calado participaram da Conferência
142 estadual de Goiás, nos dias 24, 25 e 26 de outubro; o conselheiro Antonio Celso Pasquini e a
143 servidora Christianne Camargo Menezes participaram da conferência estadual da Paraíba nos dias
144 25, 26 e 27 de outubro; a Conselheira Maria do Socorro Tabosa participou do seminário nacional
145 ‘gestão participativa e controle social no SUS’, no período de 26 a 28 de outubro, em Brasília; o
146 presidente do CNAS, Carlos Ferrari, participou o I seminário nacional de participação social que
147 aconteceu nos dias 26, 27 e 28 de outubro, em Brasília; o vice presidente do CNAS, Renato de
148 Paula, participou do seminário internacional inclusão dos cidadãos nas políticas públicas de saúde,
149 realizado no período de 07 a 08 de novembro de 2011, em Brasília; o Conselheiro Wagner Carneiro
150 de Santana participou da IV conferência nacional de segurança alimentar e nutricional realizada no
151 período de 07 a 11 de novembro de 2011, em Salvador; o presidente do CNAS, Carlos Ferrari,
152 participou do lançamento do plano nacional para pessoas com deficiência ‘viver sem limites’, no dia
153 17 de novembro de 2011, no palácio do planalto, em Brasília; o Conselheiro Samuel Rodrigues
154 participou da I Reunião extraordinária da comissão nacional intersetorial para acompanhamento e
155 implementação do plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e
156 adolescentes à convivência familiar e comunitária, PNCFC, no dia 09 de novembro de 2011.
157 Comunicado: o presidente do CNAS, Carlos Ferrari, foi homenageado pela revista Sentidos, a
158 AVAPE, o Instituto Ressoar e a Rede Record de Rádio e Televisão, com o IV Prêmio Sentidos, uma
159 iniciativa que valoriza e premia histórias de vida e superação das pessoas com deficiência. A
160 cerimônia foi realizada no dia 18 de outubro de 2011, no Memorial da América Latina, em SP; o
161 coordenador geral do 12º Congresso brasileiro de terceiro setor, Marcos Biasioli, enviou
162 agradecimento ao Presidente do CNAS pela sua participação no referido congresso; a presidência
163 do CNAS encaminhou justificativa de ausência de representação deste conselho no II encontro
164 nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, realizado de 7 a 11 de novembro de 2011, em
165 Recife; o presidente do CNAS enviou justificativa de ausência na reunião da comissão organizadora
166 da 15ª conferência nacional de saúde no dia 1º de novembro de 2011, em razão de compromissos
167 institucionais; o conselho de desenvolvimento econômico e social de RS, CDES/RS, enviou convite
168 para o 1º encontro ibero-americano de conselhos econômicos e sociais, que será realizado de 1º a 03
169 de dezembro de 2011, em Porto Alegre; Link para acesso teleconferência sobre o censo do sistema
170 único de assistência social e política de senhas; levantamento dos dados dos delegados nacionais da
171 sociedade civil; o CEAS de Santa Catarina encaminhou por e-mail ofício agradecendo a
172 participação do presidente do CNAS na VIII Conferência Estadual de Assistência Social de Santa

173 *Catarina. Convites: fórum de diálogos, o Brasil que queremos em 2022, no dia 27 de outubro de 201,*
174 *das 14h às 18h30m, no campus da universidade corporativa dos correios, em Brasília; o*
175 *FONACEAS convidou o presidente do CNAS para participar da reunião ocorrida nos dias 9, 10 e 11*
176 *de novembro. A presidência agradeceu e informou impossibilidade de presença, em virtude da*
177 *realização da 12ª reunião da comissão organizadora da VIII conferência nacional de assistência*
178 *social; a casa dos conselhos de Teófilo Otoni/MG convidou o CNAS para a II conferência de*
179 *políticas públicas sobre drogas, realizada no dia 07 de novembro. A presidência agradeceu e*
180 *informou a impossibilidade de presença; a comissão organizadora da 14ª conferência nacional de*
181 *saúde, a ser realizada no dia 29 de novembro de 2011, em Brasília; a comissão organizadora da 14ª*
182 *conferência nacional de saúde convidou o presidente do CNAS para expor sobre o tema ‘a*
183 *seguridade social, o acesso universal e as políticas de estado’, na mesa do diálogo temático, na*
184 *conferência nacional de saúde, que ocorrerá no dia 01 de dezembro de 2011, das 16h às 19h, no*
185 *centro de convenções Ulisses Guimarães, em Brasília; o CONGEMAS convidou o CNAS para as*
186 *reuniões descentralizadas, conforme cronograma: 1. Nordeste, dias 09 e 10 de novembro de 2011,*
187 *em João Pessoa. 2. Centro Oeste, dias 17 e 18 de novembro de 2011, em Cuiabá. 3. Sul, dias 24 e 25*
188 *de novembro de 2011, em Canoas. 4. Sudeste, dias 12 e 13 de fevereiro de 2012, em Vitória. 5.*
189 *Norte, dias 19 e 20 de janeiro de 2012, em Palmas; Em razão da campanha Nacional pela*
190 *Assistência e pelos direitos da pessoa com autismo, a ABRA convidou o presidente do CNAS para*
191 *compor a mesa de abertura do evento para promover palestra sobre o CNAS, no dia 21 de*
192 *novembro, 8h30m, em SP; a comissão organizadora nacional da 1ª Consocial convidou o presidente*
193 *do CNAS para reunião a ser realizada no dia 08 de dezembro de 2011, de 10h às 18h, em Brasília. A*
194 *presidência enviou justificativa de ausência, em decorrência da realização da VIII conferência*
195 *nacional de assistência social; o deputado federal Antonio Brito convidou o presidente do CNAS*
196 *para participar da reunião da subcomissão destinada a avaliar o SUAS, dia 14 de novembro, na*
197 *câmara dos deputados, no anexo II, plenário 7. O presidente do CNAS confirmou presença na*
198 *referida reunião; O conselho estadual de assistência social de Goiás convidou o CNAS para*
199 *ministrar palestra sobre inscrição de entidades de assistência social nos conselhos municipais de*
200 *assistência social para as entidades do estado de Goiás, no dia 18 de novembro. A presidência*
201 *agradeceu e informou a impossibilidade de presença, tendo em vista a agenda de compromissos*
202 *deste conselho. Audiências realizadas: data: 10 de novembro. Solicitante: Anderson Rafaela*
203 *Nascimento. Assunto: o papel da Secretaria-Executiva do CNAS. Participantes: Anderson Rafaela*
204 *Nascimento, consultor para reforma política do conselho nacional dos direitos da criança e do*
205 *adolescente, CONANDA; Maria das Mercês, Secretária executiva do CNAS. Procedimentos*
206 *adotados pelo CNAS: informações sobre a estrutura e funcionamento da secretaria executiva do*
207 *CNAS. Data: 17 de novembro de 2011. O presidente do CNAS participou de audiência com a*
208 *ministra do MDS, Tereza Campelo, para tratar da VIII Conferência Nacional de Assistência Social.*
209 *Site: Inclusão do banner com o link de acesso ao Sisconferência para inscrição dos delegados*
210 *municipais, estaduais e do DF para VIII Conferência Nacional de Assistência Social; Inclusão do*
211 *banner com link de acesso ao Sisconferência para inscrição dos observadores para VIII Conferência*
212 *Nacional de Assistência Social; Inclusão do banner com link de acesso ao Sisconferência para*
213 *inscrição dos convidados para VIII Conferência Nacional de Assistência Social; Exclusão dos*
214 *banners com link de acesso para inscrição dos delegados e dos observadores para VIII Conferência*
215 *Nacional de Assistência Social; Inclusão de notícia principal ‘orientação para participação na VIII*
216 *Conferência Nacional de Assistência Social. Inclusão de notícia principal ‘divulgada lista de*
217 *observadores’, contendo arquivo para download da relação dos nomes que preencheram as vagas de*
218 *40 observadores, por região; Inclusão da pauta da 195ª reunião ordinária; Atualização da agenda*

219 *CNAS 2011, com eventos para os meses de novembro, dezembro de 2011 e janeiro de 2012;*
220 *Atualização da pasta de legislação, resoluções CNAS: Resolução CNAS nº 28/2011 aprova o*
221 *relatório de execução orçamentária e financeira do FNAS, 3º trimestre de 2011; Resolução CNAS nº*
222 *29/2011, regulamenta os procedimentos para o CNAS representar o MDS, sobre o descumprimento,*
223 *por entidades de assistência social certificadas; resolução CNAS nº 30/2011, altera o § 3º do artigo*
224 *4º da resolução CNAS 16/2010. Aniversariantes de novembro: José da Cruz, dia 25 de novembro.”*
225 O Presidente destacou que, em vista da proximidade da Conferência, a Secretária-Executiva estava
226 mobilizada quanto aos convidados, solicitando aos Conselheiros que fizessem sua indicação, com a
227 Sra. Christianne indicando os nomes dos Conselheiros em aberto: Solange Teixeira, Simone
228 Aparecida Albuquerque, Isis Leite Ferreira, Eutália Barbosa Rodrigues, Maria do Socorro Fernandes
229 Tabosa, Léa Lúcia Cecílio Braga, Carmen Silveira de Oliveira, Cinara Dias Custódio, Graciele
230 Alves, Célia Mota de Carvalho, Leila Pizzato, Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Maria Auxiliadora
231 Bezerra de Araújo, Carlos Eduardo Ferrari, Samuel Rodrigues, Maria da Conceição Pires dos Santos
232 e Carlos Rogério de Carvalho Nunes. **Informes do MDS.** A Conselheira Eutália justificou a ausência
233 da Secretária Denise para esse relato. Indicou o balanço da expansão 2011 do cofinanciamento
234 federal para o PAEF e para as ofertas de ações e serviços de proteção social básica por meio das
235 equipes volantes, discorrendo sobre a questão, as dificuldades operacionais e sobre as senhas. Falou
236 sobre o Censo SUAS, informando que nos dias 20 e 21 de novembro o CNAS, por meio do
237 Departamento de Proteção Social Especial, havia realizado a primeira oficina da proteção especial
238 oficial com os estados, com o tema “Fortalecimento da gestão para garantia da proteção especial no
239 SUAS”, com a participação de 27 estados, além da representação do Fórum Nacional dos Secretários
240 de Assistência Social. Falou sobre os eventos ocorridos em função da aprovação do PRONATEC e a
241 distribuição das vagas às famílias ligadas à política de Assistência Social, mas mais especificamente,
242 às famílias do recorte do Plano Brasil sem Miséria. Discorreu sobre o evento que o MDS estava
243 realizando nos estados para debater os procedimentos quanto ao Plano Brasil sem Miséria, com a
244 SENARC discutindo esse processo. Concluindo, e em nome da Secretária, cumprimentou o
245 presidente do CONGEMAS pela realização dos encontros regionais e, futuramente, do encontro
246 nacional, tendo participado até o momento de todos os encontros regionais. A Conselheira Simone
247 informou que 4.372 municípios haviam acessado o censo SUAS, possuindo novas senhas, indicando
248 o número de questionários preenchidos. Destacou que o processo de preenchimento do censo havia
249 coincido com a implantação do sistema de senhas, que estava trazendo dificuldade para
250 implementação. Que o censo continuaria até dezembro, em princípio, para todas as modalidades de
251 preenchimento. A Conselheira Simone agradeceu a todos os representantes dos Conselhos Estaduais,
252 Municipais, CONGEMAS, FONSEAS, pela colaboração, tendo certeza que cumpririam até
253 dezembro o preenchimento do censo SUAS 2011. A Conselheira Eutália informou não ter relato da
254 Comissão de Conselhos, aproveitando a oportunidade para trazer os dados apresentados pela
255 Secretaria-Executiva sobre o censo SUAS, citando as informações com relação aos Conselhos que
256 haviam respondido o censo. Que a Secretaria-Executiva havia informado que os problemas com
257 relação ao acompanhamento dos Conselhos Municipais haviam detectado desatualização dos seus
258 dados no CAD/SUAS, o que poderia acarretar problemas no acesso às senhas. **Informe da CIT.** O
259 Conselheiro Renato Saidel esclareceu que esse evento havia sido transferido para o dia 29 de
260 novembro, não havendo nada a relatar. **Informes dos Conselheiros.** O Presidente informou que na
261 última reunião não houve informes da participação de Conferências, o que passaria a ser feito.
262 Parabenizou o Conselheiro Sérgio Wanderly, presidente do CONGEMAS, pela participação nos
263 encontros regionais do CONGEMAS, que fecharia com o encontro nacional. O Conselheiro Sérgio
264 Wanderly agradeceu o apoio recebido, destacando a presença da Secretária Nacional, da equipe da

265 Conselheira Simone e do CNAS, em especial essa Conselheira, o Conselheiro José da Crus e o Sr.
266 Jaime, sobre a questão da mobilidade. Ressaltou a boa participação, com os encontros tendo 400
267 gestores em média. Solicitou o apoio do CNAS para o espaço de articulação política que era o
268 CONGEMAS, sua importância junto com o CONSEAS na CIT, e especialmente da Conselheira
269 Simone Albuquerque e do DGSUAS que os acompanhassem nesse momento. O Conselheiro Wagner
270 informou sua participação na abertura da VIII Conferência Estadual do Pará, no dia 17 de outubro; no
271 Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em Salvador, discorrendo sobre a mesma.
272 A Conselheira Eutália relatou a participação na Conferência Estadual do Rio Grande do Sul,
273 Conferência Estadual de Alagoas, indicando como esses eventos haviam se desenrolado, seus
274 objetivos e os problemas resultantes da falta de logística. O Conselheiro Frederico participou da
275 Conferência Estadual do Amazonas, relatando o evento e a solicitação que a próxima reunião
276 descentralizada do CNAS ocorresse naquele estado. Sugeriu que o CNAS enviasse as saudações ao
277 Comitê Paraolímpico por sua grande participação nas Olimpíadas, com a mídia não dando a devida
278 visibilidade para esses atletas, com a concordância do presidente. O Presidente convidou para o
279 lançamento do seu livro no dia 28, às 19h, Livraria Saraiva em São Paulo O Conselheiro Renato
280 Saidel indicou sua participação na Conferência Estadual da Bahia, em Salvador, observando que
281 apenas dos problemas ocorridos, sua avaliação do evento era positiva. O Conselheiro José da Crus
282 relatou sua participação nas Conferências do -Espírito Santo, Pernambuco e Ceará, evento com alto
283 nível de debate e diálogos. A Conselheira Simone Albuquerque falou sobre a participação dos
284 municípios nas conferências, que deveria ser discutida pelo CONGEMAS, inclusive com relação às
285 vagas nas conferências estaduais, falando sobre a questão. Destacou que apesar de todo o esforço do
286 CNAS, os conselhos estaduais ainda não apresentavam as políticas estaduais para o debate,
287 reiterando que o CONGEMAS e o FONSEAS também tinham um papel de discussão, visto o se
288 esforço dos municípios para fazer suas conferências municipais para chegar à Conferência Nacional.
289 O Presidente manifestou pesar por essa situação, solicitando o registro das palavras da Conselheira
290 Simone. O Conselheiro José da Crus registrou sua participação na Conferência da Bahia, destacando
291 a realização pelo estado de uma conferência estadual sem a realização de conferências regionais,
292 possibilitando a participação de todos os municípios baianos na conferência estadual. **Conselho**
293 **Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2- Informe sobre o Projeto de Lei nº 7.672/2010, que**
294 **estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de**
295 **castigos corporais, ou de tratamento cruel ou degradante. (Convidada a Presidente da**
296 **Comissão Especial da Câmara dos Deputados: Érika Kokai).** A seguir, o Presidente solicitou a
297 suspensão dos informes, passando a palavra para que a deputada Érika Kokay falasse sobre a lei que
298 tratava dos castigos corporais. A deputada Erika Kokay manifestou sua satisfação em participar da
299 reunião do Conselho Nacional, para repassar algumas informações e estabelecer parcerias para que se
300 pudesse ter um novo marco legal no país. Discorreu sobre o projeto 7672/2010 que assegurava o
301 direito de toda criança e adolescente de viverem sem castigos corporais e tratamento cruel ou
302 degradante, relatando os procedimentos para sua efetivação. Falou sobre a realidade do castigo
303 corporal existente na sociedade, que trazia profundos danos, lutando para que esse projeto fosse
304 aprovado e para que esses meninos e meninas pudessem se sentir sujeitos e que se suas casas fossem
305 realmente um lar, cheio de amor e não de violência. O Conselheiro Wagner, relatando suas atividades
306 com crianças e adolescentes, parabenizou pelo processo desse PL, informando ter participado do
307 evento no dia 13 de julho, quando o presidente Lula havia participado da sua assinatura. Falou sobre
308 a violência que existia, principalmente na região norte e nordeste do país, sendo necessário não só
309 audiências na Câmara, mas também audiências descentralizadas, para conscientizar a sociedade, com
310 essa discussão indo também para os estados. O Conselheiro Pedro Ost parabenizou pelo projeto,

311 querendo saber como poderia ser considerado o levantamento feito pela FIOCRUZ em relação ao
312 serviço de acolhimento institucional de crianças, que precisaria ser melhorado. A Conselheira Maria
313 do Carmo parabenizou pelo projeto, que beneficiaria muitas pessoas com problemas mentais,
314 principalmente o autista com distúrbio de comportamento, relatando ter presenciado muitas cenas de
315 violência. A deputada Erika Kokay destacou que os dados apontavam que a maioria das crianças que
316 estavam em situação de rua sofria violência, assim como o aquele menino que praticava o bullying na
317 escola. Observou que a lei tinha um sentido muito pedagógico, dando consciência e ajudando a ter
318 condições de romper com essa relação de violência, existindo um plano de convivência familiar que
319 já apontava a necessidade de resgatar as relações familiares e colocar o abrigo como uma das
320 últimas opções, assim como um projeto de capacitação para todos os cuidadores. Prosseguindo com o
321 relato, o Presidente passou a palavra para o Conselheiro Sérgio Wanderly, que destacou a
322 importância do diálogo com relação às conferências e que vinha sendo implementado pelo CNAS,
323 evitando situações embaraçosas para o Sistema. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a
324 reunião para o almoço, convidando a todos a retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a
325 reunião, o Presidente em exercício solicitou a conferência do quorum: Conselheiros na titularidade:
326 Conselheiro Renato Francisco de Santos Paula, Conselheira Simone Aparecida Albuquerque,
327 Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues, Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga, Conselheiro José
328 Geraldo França Diniz, Conselheira Fátima Rampin, Conselheiro José Ferreira da Cruz, Conselheira
329 Maria Aparecida Godoy de Faria, Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, Conselheiro Pedro Ost,
330 Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheiro Frederico Jorge
331 Souza Leite, Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Conselheira Ely da Silva. Conselheiros
332 na Suplência: Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa, Conselheiro Fábio Bruni,
333 Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Conselheiro
334 Renato Saidel Coelho, Conselheira Leila Pizzato, Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo,
335 Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos, Conselheira Jane Pereira Clemente e Conselheira
336 Solange Teixeira. O Presidente em exercício destacou que o próximo ponto de pauta era sobre a
337 participação do CNAS no Fórum Social Mundial, ressaltando a necessidade de um planejamento para
338 participar nesse evento. A Conselheira Eutália passou a esclarecer como seria essa participação,
339 resgatando a presença do CNAS nos últimos Fóruns, relacionando alguns desses eventos e seu
340 formato. Esclareceu que no Fórum que aconteceria em janeiro, o grupo de Conselheiros que
341 participaria do evento, se dispunha a construir o procedimento utilizado em duas formas: primeiro,
342 realizando atividades do CNAS e participação dos Conselheiros a partir do programa; e, segundo,
343 como se dividiriam para ter uma participação completa no Fórum. Relatou os procedimentos
344 realizados para a construção dessa proposta e que seria apresentada ao CNAS, indagando se o Pleno
345 decidiria essa participação e definir a representação para se prepararem. O Conselheiro Frederico
346 destacou a importância de se plantar no Fórum a questão da Assistência Social no Brasil, relatando a
347 participação em outros eventos e o que havia observado. Destacou o atraso que havia para a
348 constituição desse grupo para ampliar a presença do CNAS no Fórum Social Mundial, convocando
349 para sua composição. O Presidente em exercício ponderou que o CNAS participaria do Fórum, sendo
350 preciso ver os Conselheiros que poderiam estar presentes, considerando a agenda de 24 a 29 de
351 janeiro, e quem comporia o grupo que faria a proposta e os encaminhamentos necessários para que
352 fosse feita a inscrição institucional do Conselho. O Conselheiro Pedro Ost informou sua participação
353 pela instituição que representava, com a Secretária-Executiva nominando os Conselheiros
354 participantes: Conselheira Jane, Conselheiro Frederico, Conselheiro Samuel, Conselheira Maria
355 Auxiliadora, Conselheira Maria Godói, Conselheiro Clodoaldo, Conselheiro Renato Saidel e
356 Presidente Carlos Ferrari. A Conselheira Marisa justificou a ausência do CONGEMAS, com o

357 Presidente em exercício sugerindo que se deixasse uma representação do CONGEMAS e do
358 FONSEAS. A Conselheira Eutália ponderou que o mais importante nesse momento seria garantir que
359 esse grupo construísse a ida para o Fórum, com o Presidente em exercício informando que dos nomes
360 dos Conselheiros que teriam essa disponibilidade, tirariam um grupo menor de três ou quatro
361 Conselheiros para construir essa proposta, mas ficando aberto para outros interessados. A
362 Conselheira Eutália esclareceu que a sugestão era que se indicasse um grupo para construir a
363 proposta a ser fechada na Conferência Nacional. Após algumas colocações foi fechado esse grupo
364 com os seguintes Conselheiros: Conselheiro Frederico, Conselheiro Samuel, Conselheira Eutália,
365 Conselheira Fátima Rampin, Presidente Carlos Ferrari e Conselheiro Renato de Paula. A seguir, o
366 Presidente em exercício passou para o **Item Relato da Comissão de Financiamento.** , pelo
367 conselheiro José Geraldo: “*Memória da reunião da Comissão de Financiamento da Assistência*
368 *Social, sala III do CNAS, 22 de novembro de 2011. Conselheiros presentes: Carlos Eduardo*
369 *Ferrari, José Geraldo França Diniz, Maria Aparecida Godói de Faria, Pedro Ost, Sérgio Wanderly*
370 *Silva, Maria da Conceição Pires dos Santos, Gracielly Alves Delgado. Ausências justificadas: José*
371 *Araújo da Silva, Márcia Mansur. Convidados: Dulcelena Alves Vaz Martins, coordenadora da*
372 *coordenação geral de execução orçamentária e financeira, fundo nacional de assistência social;*
373 *Fábio Mossab Bruni, secretaria nacional de assistência social, SNAS. Ouvinte: Joana de Oliveira,*
374 *CMAS, Florianópolis. Execução da ação 8249: apresentado pela secretária executiva do CNAS,*
375 *Maria das Mercês, a execução orçamentária da ação 8249, funcionamento dos conselhos de*
376 *assistência social tem as mesmas perspectivas da última apresentação em agosto de 2011, uma vez*
377 *que os demais foram remanejados para a operacionalização da VIII conferência nacional de*
378 *assistência social. Foi empenhado um valor de R\$ 1.204.581,00 para a realização da conferência.*
379 *Com este recurso, a princípio não cobre a primeira cotação de preço com relação a realização do*
380 *evento, houve um reforço de mais dois PIs da gestão que vieram da SNAS. O pregão eletrônico, para*
381 *a escolha da empresa para a realização da conferência aconteceu no dia 22 de novembro de 2011*
382 *pela manhã a parte de lances e à tarde a apreciação das propostas apresentadas. Uma vez que o*
383 *valor dos recursos remanejados dos PIs da SNAS para cobrir os custos com a operacionalização da*
384 *conferência juntamente com os PIs da ação 8249 é superior ao valor estimado pela empresa*
385 *classificada no pregão eletrônico, os recursos remanescentes serão utilizados nos PIs diárias e*
386 *deslocamentos; e passagens para cerca de 170 participantes da conferência. Quanto ao PI*
387 *taquigrafia que teve 100% de execução, o CNAS utilizará R\$ 80.000,00 destinados à CIT para*
388 *finalizar o ano. Encaminhamento: aprovar os procedimentos adotados pela Secretaria-Executiva do*
389 *Conselho Nacional de Assistência Social quanto à execução da ação 8249. Apreciação final do*
390 *documento orientador aos conselhos municipais sobre matéria orçamentária e financeira. Em*
391 *comprimento à deliberação plenária do mês de agosto de 2011 a coordenadora geral de execução*
392 *orçamentária e financeira da diretoria-executiva do FNAS, Dulcelena, procedeu às modificações*
393 *sugeridas pela plenária no documento orientador aos conselhos municipais sobre matéria*
394 *orçamentária e financeira e apresentou à comissão de financiamento. Foi apresentado também pela*
395 *coordenadora o plano de aplicação de recursos reprogramação, com as instruções para que os*
396 *municípios possam reprogramar os recursos não utilizados em exercícios anteriores.*
397 *Encaminhamentos: Aprovar os ajustes no documento uma vez que atendeu as deliberações da*
398 *plenária; sugerir ao FNAS que o coloque em prática.”* O Presidente em exercício indagou se havia
399 alguma observação. Em não havendo considerou aprovado pelo Pleno a memória da Comissão de
400 Financiamento. O Presidente esclareceu que passariam ao próximo relato e, caso os convidados
401 chegassem, o mesmo seria interrompido e retomado posteriormente. **Item Relato da Presidência**
402 **Ampliada**, pelo Conselheiro Frederico: “*Memória da reunião da Presidência Ampliada, 23 de*

403 novembro de 2011, CNAS. Conselheiros presentes: Carlos Eduardo Ferrari, Eutália Barbosa, José
404 Geraldo, Frederico Jorge, Carlos Rogério. Ausências justificadas: Renato de Paula, Antonio Celso
405 Pasquini. 1. 196ª reunião ordinária de dezembro de 2011. 1.1. A Presidência Ampliada sugere que a
406 196ª reunião ordinária seja realizada no dia 11 de dezembro de 2011, domingo, após a VIII
407 Conferência Nacional, e que seja item de pauta para a avaliação da VII Conferência. 2. Calendário
408 de reuniões anuais do CNAS 2012. O regimento interno do CNAS, no artigo IX, dispõe que o
409 calendário anual de reuniões ordinárias será aprovado pelo colegiado até o mês de dezembro do
410 exercício anterior. Diante disso, a presidência ampliada submete à plenária o calendário de
411 reuniões deste conselho para o exercício de 2012. 3. Suspensão de inscrição de entidades
412 terapêuticas pelo CMAS de Goiânia. 3.1. O CMAS de GO, por meio do ofício nº 104/2011, de
413 18/10/2011, informou que suspendeu as inscrições das chamadas comunidades terapêuticas, casas
414 de recuperação. Encaminhamento: a presidência ampliada sugere submeter o assunto à comissão de
415 política. 4. Convites. A secretaria nacional de juventude da secretaria geral da presidência da
416 república convida o CNAS para a II conferência nacional de juventude, que terá como tema
417 'conquistar direitos, desenvolver o Brasil', será realizada no período de 9 a 12 de dezembro de
418 2011, em Brasília. Encaminhamento: em razão de coincidir com a realização da VIII conferência
419 nacional a presidência ampliada propõe encaminhar agradecimento e justificativa de ausência. 4.2 o
420 CMAS de Maceió/AL convida o CNAS para promover uma capacitação para os conselheiros
421 municipais e entidades de assistência social, com o objetivo de subsidiar todos os atores envolvidos
422 no cumprimento da resolução CNAS nº 16/2011, diante da proximidade do prazo limite até o dia 30
423 de abril de 2012, para inscrição de entidades e organizações de assistência social nos conselhos
424 municipais de assistência social. 4.2.1. Encaminhamentos. A presidência ampliada sugere que este
425 conselho participe da referida capacitação, sugerindo que a mesma seja realizada em fevereiro de
426 2012 e considera fundamental que a parceria do conselho estadual de assistência social de Alagoas
427 na mencionada reunião. 4.3. A coordenação de convivência familiar da secretaria de direitos
428 humanos da presidência da república convida o CNAS para reunião de elaboração do protocolo
429 nacional de curso de preparação para adoção, que ocorrerá no dia 1 de dezembro de 2011, das 10h
430 às 18h, em Brasília. 4.3.1. Encaminhamentos. A presidência ampliada indica a Conselheira Eutália.
431 4.4. O MDS convida o CNAS para participar da mesa de abertura do curso destinado aos membros
432 do ministério público dos estados e do DF que ocorrerá no dia 30 de novembro de 2011, às 9h 30m,
433 bem como da mesa titulada 'controle social do SUAS e no programa bolsa família: o papel dos
434 conselhos de assistência social e do ministério público', no dia 1 de dezembro de 2011, às 14h. 4.4.1.
435 Encaminhamentos. A presidência ampliada indicou o presidente Carlos Eduardo Ferrari para
436 participar da mesa de abertura no dia 30/11. Quanto à mesa redonda no dia -1/12, será verificado
437 com a secretária nacional de assistência social, Denise Colin, sobre a presença do CNAS, visto que
438 no mesmo dia o Presidente participará de uma mesa na 14ª Conferência Nacional de Saúde, às 16h.
439 5. Outros assuntos. 5.1. Dúvida sobre a resolução CNAS nº 27/2011. A senhora Anelise Gronitzki
440 Adam nos enviou e-mail contendo dúvidas sobre a resolução nº 27/2011. 5.1.1. presidência ampliada
441 sugere encaminhar o e-mail ao departamento da rede socioassistencial privada do SUAS e solicita
442 que aquele departamento envie cópia da resposta para conhecimento deste CNAS. 6. Informes. 6.1.
443 Relatório às Nações Unidas para divulgação. O departamento de relações internacionais da
444 secretaria de direitos humanos informou que o governo brasileiro está iniciando o processo de
445 elaboração do relatório ao mecanismo de revisão periódica universal do conselho de direitos
446 humanos das nações humanas, por meio o qual deverá apresentar informação sobre a situação dos
447 direitos humanos no país. Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS." O Presidente registrou a
448 presença da Secretária Nacional, Sra. Denise Colin. A Conselheira Simone não concordava que se

449 programasse reunião do CNAS após a Conferência Nacional, sugerindo encerrar os trabalhos do
450 Conselho em 10 de dezembro e retornar em fevereiro. O Conselheiro Frederico manifestou
451 preocupação de que o processo de avaliação ocorresse depois de 60 dias da Conferência, com o
452 Conselheiro José da Cruz concordando com a Conselheira Simone e observando que essa avaliação
453 deveria ser feita apenas no dia 10, com a Conselheira propondo que alguém fizesse uma leitura do
454 material, para se analisar em fevereiro. O Presidente colocou o encaminhamento de não se realizar
455 reunião em dezembro e janeiro, com o Conselheiro Pedro Ost indicando que as pendências existentes
456 deveriam ser respondidas. O Conselheiro Renato de Paula destacou não haver nenhum assunto que
457 necessitasse de uma reunião ordinária em janeiro, mas que deveriam retomar iniciar o ano com uma
458 reunião de avaliação e planejamento, o que era feito na gestão passada. O Conselheiro Frederico
459 indagou se poderiam passar 60 dias sem reunião, relatando os compromissos assumidos, observando
460 que em fevereiro teriam essas pautas em conjunto e, de certa forma, sem ter nada construído. A
461 Conselheira Simone, falando sobre a excessiva carga de trabalho da Secretaria-Executiva do CNAS,
462 manifestou entender que a Conferência era o mais importante, e ainda não se havia abordado esse
463 assunto. Encontrava não haver necessidade de reunião um dia depois da Conferência Nacional ou na
464 próxima semana, podendo se voltar em fevereiro, com a concordância do Conselheiro Carlos
465 Rogério. O Conselheiro Renato de Paula questionou se havia uma avaliação de que nas Conferências
466 passadas esse recesso havia trazido prejuízo, ponderando que o assunto deveria vir para a pauta para
467 discussão. A Conselheira Maria Aparecida concordou com as colocações, mas que não encontrava
468 produtivo deixar a avaliação para fevereiro, sugerindo fazer em 11 ou 12 de dezembro reunião para
469 essa avaliação. O Presidente destacou que havia sentido falta dessa avaliação na última Conferência,
470 sugerindo o dia 11. A Conselheira Eutália concordou com a impossibilidade de se fazer uma reunião
471 no dia 11, após a realização da Conferência e quando todos estariam esgotados, com a avaliação
472 correndo o risco de não ser produtiva para o processo. Que o calendário aprovado permitia cumprir as
473 tarefas em 2012, podendo retomar esse debate em fevereiro sem nenhum prejuízo. O Conselheiro
474 Renato Saidel colocou que o lapso existente entre a realização da Conferência e o mês de fevereiro,
475 poderia prejudicar a avaliação de cada um, concordando com o Conselheiro Frederico e podendo se
476 realizar a reunião dia 10 ou 11, observando que meio período talvez fosse suficiente para essa
477 avaliação. O Conselheiro Renato de Paula, falando sobre como deveria ser feita essa avaliação,
478 lembrando de uma avaliação que havia sido feita um tempo após a realização do evento, não tendo
479 sido perdida nenhuma das impressões dos Conselheiros. Sugeriu que se retirassem dois ou três
480 Conselheiros para pensar a metodologia de como se trabalharia essa questão, tendo que ser feita com
481 calma e não após a realização de uma Conferência. O Conselheiro Clodoaldo indicou a pergunta feita
482 pelo Conselheiro Pedro Ost se havia alguma pendência, informando ter a questão da criança e do
483 adolescente, discutida nos dias anteriores, mas sugerindo que poderiam anotar os pontos mais
484 importantes e fazer a avaliação posteriormente. **Item Apresentação do Plano Nacional dos Direitos**
485 **da Pessoa com Deficiência “Viver sem limite” pela Secretaria Nacional de Assistência Social e**
486 **pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.** O Presidente
487 suspendeu o tema em discussão, passando a palavra para o Secretário Nacional Antônio José, para
488 falar sobre o Plano, e depois a Secretária Denise falaria dos aspectos inerentes à Assistência Social. O
489 Secretário passou a falar sobre o Plano ‘Viver sem Limites’, lançado no dia 17, informando o
490 orçamento existente e a parceria entre 15 Ministérios, com participação da Sociedade Civil, para
491 viabilizar ações em prol das pessoas com deficiência, por vontade da presidente Dilma. Falou sobre
492 os objetivos desse Plano, transporte, atualização de escolas, capacitação de profissionais e o
493 atendimento que seria dispensado a esse segmento. Concluindo, o Secretário ressaltou que esse Plano
494 não resolveria todos os problemas, mas avançaria em muitas áreas para melhorar a vida dos

495 deficientes no Brasil e preparar essas pessoas. A Secretária Nacional, Sra. Denise, agradeceu a
496 presença e a parceria com a Secretaria Nacional de Defesa de Direitos da Pessoa com Deficiência
497 vinha fazendo com a Assistência Social, passando a discorrer sobre as ações com relação à política de
498 Assistência Social. Destacou que a população não entendia esse termo, ficando o desafio para a
499 Secretaria Nacional esclarecer e se firmar como política pública social. Falou sobre uma das ações da
500 Secretaria, o programa PBC Escola, que havia ficado no acesso à educação, com esse Plano prevendo
501 o cruzamento de dados entre o BPC e o acesso escolar, identificando as crianças que estavam fora da
502 rede de ensino, discorrendo sobre o mesmo. Falou sobre os recursos que os municípios recebiam da
503 área da Assistência Social para resolver as dificuldades ao acesso à escola das pessoas com
504 deficiência, e que seriam trabalhadas pela política de Assistência, indicando as metas a serem
505 alcançadas. Falou sobre as alterações a serem feitas para o BPC, trazendo melhor atendimento para
506 seus usuários, assim como a implantação do BPC Trabalho, projeto piloto que fazia a identificação
507 das pessoas com possibilidade de inserção no trabalho, com qualificação e metodologia específica. A
508 Secretária falou sobre a antiga solicitação de um equipamento público onde as pessoas com
509 deficiência adultas pudessem ficar, contando com atendimento profissional em áreas da saúde e
510 Assistência Social, assim como o levantamento e reordenamento dos grandes serviços de
511 acolhimento institucional. Relatou que contavam com dois serviços tipificados na proteção social
512 básica e na proteção social especial, que atendiam pessoa com deficiência e idosos, fazendo o
513 levantamento para definir a demanda. Concluindo, a Secretária informou que na política da
514 Assistência Social haviam ficado com o débito de regulamentar esse serviço e ter o atendente
515 pessoal. O Conselheiro Clodoaldo manifestou sua preocupação com relação às residências inclusivas,
516 solicitando maiores detalhamentos sobre o processo de escolha das mesmas. Relatou o pleito da
517 sociedade, principalmente daqueles que tinham filhos com deficiências intelectuais, trazendo o anseio
518 desse segmento, falando sobre o trabalho que desenvolvia para crianças com deficiência intelectual.
519 Solicitou maiores detalhamentos com relação ao micro crédito, indagando, com relação aos
520 protocolos para atendimento, se seriam aqueles das organizações que de referência. A Sra. Solange
521 Bueno, do Conselho de Santa Catarina, parabenizou pelo Plano, anseio de todas as pessoas com
522 deficiência, indagando como se daria e qual seu olhar nas redes não governamentais que trabalhavam
523 em prol das pessoas com deficiência, indagando o tempo para ser estabelecido. Indagou à Secretária a
524 respeito da questão dos cofinanciamentos da rede não governamental que atendiam as pessoas com
525 deficiência, com a entidade que representava precisando de uma abertura. O Presidente, falou sobre a
526 importância do Plano, manifestando sua insatisfação com relação ao fato de precisar de o médico
527 atestar sua necessidade de acompanhante para se locomover, o que a Assistência Social tinha que
528 trazer para si. A Conselheira Maria Auxiliadora concordando com o Presidente, destacou as
529 dificuldades para conseguir esse laudo, questão que deveria ser repensada. O Secretário, dirigindo-se
530 ao Conselheiro Clodoaldo, esclareceu que esse financiamento era para atender as pessoas, relatando
531 as negociações que estavam sendo feitas e os procedimentos a serem feitos pelos tomadores. Respeito
532 a protocolos e laudos, existiam no Brasil instituições de excelência no atendimento às pessoas com
533 deficiência, sendo validado o modelo aplicado nessas unidades, para que fosse referência. Dirigindo-
534 se à Sra. Solange, informou que o Decreto 7611 já vinha dando essa abertura às instituições, com o
535 governo trabalhando em parceria com as instituições não governamentais. Sobre o colocado pelo
536 Presidente com relação ao laudo médico, manifestou seu desagrado com a situação, mas que estavam
537 sendo tomadas as providências para essa regulamentação, com um decreto vindo fortalecer os
538 procedimentos existentes. A Secretária Denise Colin, dirigindo-se ao Conselheiro Clodoaldo,
539 informou que as residências inclusivas eram um projeto piloto, relatando os procedimentos tomados
540 para a inclusão de pessoas com deficiência, para mostrar a eficiência e o atendimento qualitativo da

541 proposta e ampliarmos para o conjunto de instituições mapeadas. Sobre o financiamento, informou
542 que a relação do governo federal com as entidades era feita através de rede socioassistencial e quem
543 inscrevia essa rede era o conselho municipal, e quem fazia essa articulação de assessoramento técnico
544 e de repasse financeiro era o gestor municipal, não havendo ligação direta entre o governo federal e
545 essas entidades, falando sobre os procedimentos feitos pelo governo para tentar definir ações, tendo
546 tipificado dois serviços específicos para essa população, cujas ações poderiam ser feitas em parcerias
547 com as entidades não governamentais, com pisos que o gestor fazia para o conveniamento com essa
548 rede. Indicou que o Conselho havia se debruçado no grupo de trabalho definindo ações de habilitação
549 e reabilitação e de inserção no mercado de trabalho, prevendo também essa parceria. Que não havia
550 impedimento, pelo contrário, mas que o gestor municipal era quem tem o poder e o controle da rede, e
551 os recursos eram repassados nesse sentido, com autonomia dessas instituições. O Presidente retornou
552 ao Relato da Presidência Ampliada, item um. O Conselheiro José Geraldo ponderou que deveriam ser
553 objetivos, devendo ser definido se fariam reunião em dezembro ou em fevereiro. A Conselheira Leila
554 informou que a Sociedade Civil entendia existir no Conselho muitas pautas que precisavam ser
555 encaminhadas, o que seria tratado na reunião da noite e trariam uma posição no dia seguinte. O
556 Presidente indagou se o Pleno concordava, ficando um ponto no relato em aberto. Após algumas
557 considerações, o Presidente indicou que o debate era sobre a não realização de reunião em dezembro
558 e da necessidade de se fazer a avaliação, com proposta da Presidência Ampliada de se fazer no dia
559 11, após a Conferência. Citou as colocações do Conselheiro Pedro Ost sobre as pendências
560 existentes, ademais da questão da avaliação e com a Conselheira Leila trazendo uma posição da
561 Sociedade Civil no dia seguinte. Após mais algumas colocações dos Conselheiros, ficou consensuado
562 quer esse assunto seria resolvido no dia seguinte, no início da manhã. Item dois, Calendário 2012. A
563 Conselheira Marisa informou que o encontro nacional aconteceria em Fortaleza em março,
564 juntamente com o Pleno, solicitando que isso fosse revisto. O Presidente observou que a reunião do
565 CNAS estava marcada nos dias 13, 14 e 15, tendo solicitado alteração para 20, 21 e 22, por ficar
566 fora do país, sendo que essa mudança de calendário seria discutida no dia seguinte. A Conselheira
567 Eutália observou que na reunião da Presidência Ampliada haviam discutido o edital de março, tendo
568 uma preparação antes, que era a resolução desse GT, que não estava na memória, o que seria
569 discutido no dia seguinte. Item três. Encaminhamento para a Comissão de Política, não havendo
570 nenhuma observação. 4.1. Convites. Observou que a data 9 a 12 era muito próxima às datas do
571 Conselho, agradecendo-se o convite. 4.2. Sem colocações. 4.3. Indicação da Conselheira Eutália,
572 referendada pelo Pleno. 4.4. Convite do MDS. 4.5. Outros assuntos. Observou ter uma dúvida
573 encaminhada, com a concordância que a mesma fosse repassada para o DRSP, por se tratar de um
574 assunto relacionado à filantropia. Informes. O Conselheiro Clodoaldo informou que o Fórum
575 Nacional de Assistência Social havia deliberado e estava discutindo a situação das organizações
576 religiosas, tendo acontecido dois encontros em São Paulo e devendo acontecer um encontro nacional
577 das organizações religiosas para discutir a realidade das organizações diante do Sistema Único de
578 Assistência Social, fazendo parte desse comitê coordenador do evento, o próprio Fórum Nacional, a
579 OAB, a REBRATES e a FANATIBREF. O Conselheiro José Geraldo indagou se cancelariam a
580 apresentação, considerando a agenda lotada, com o Presidente informando que tinham tirado da pauta
581 do dia seguinte dois relatos, o da Comissão de Financiamento e da Comissão de Conselhos, ficando
582 duas Comissões, Organizadora e o GT, mas com o Pleno decidindo pelo cancelamento da
583 apresentação. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião, convidando a todos para
584 retornarem no dia seguinte. **ABERTURA.** Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e
585 onze, o Presidente iniciou a reunião, solicitando à Secretária-Executiva a conferência do quorum:
586 Conselheiros na titularidade: Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula; Conselheira Simone

587 Aparecida Albuquerque; Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues; Conselheira Léia Braga;
588 Conselheiro José Geraldo Diniz; Conselheira Fátima Rampin; Conselheiro José Ferreira Cruz;
589 Conselheiro Sérgio Wanderly Silva; Conselheiro Pedro Ost; Conselheiro Antônio Celso Pasquini;
590 Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari. Conselheiro na Suplência: Conselheira Solange Teixeira;
591 Conselheira Maria do Socorro Tabosa; Conselheiro Fábio Bruni; Conselheira Marisa Rodrigues da
592 Silva; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana; Conselheiro Reverendo Renato Saidel Coelho;
593 Conselheira Leila Pizzato e Conselheira Jane Pereira Clemente. A seguir, passou ao **item Relato do**
594 **GT que trata dos incisos, alínea c e d do artigo 1º, inciso 1º, artigo 2º da LOAS. Alínea c,**
595 **promoção da integração no mercado de trabalho, alínea d, habilitação e reabilitação da pessoa**
596 **com deficiência e sua integração à vida comunitária.** A Conselheira Leila passou ao relato:
597 “Cumprimento o senhor presidente do CNAS e agradeço pelo apoio, ensinamentos e a participação
598 no GT, principalmente na alínea d. Cumprimento o senhor vice-presidente, conselheiros e
599 conselheiras, integrantes da equipe executiva e da coordenação da Comissão de Política pelo
600 incansável apoio. Colegas da SNAS, que participaram do GT, incluindo assessores Célia, Francisco
601 e Lea, hoje também conselheira, sem vocês a conclusão teria sido impossível para o dia de hoje. A
602 diretoria da rede privada do SUAS pelas contribuições e presença constante, qualificando as
603 contribuições. Aos senhores observadores, representantes de prefeituras, entidades, conselhos de
604 assistência social presentes, a presença de vocês certamente influenciou positivamente o processo.
605 Aos convidados que estiveram socializando suas experiências, compreensões teóricas, nosso
606 reconhecimento. De modo muito especial, cumprimento aos conselheiros do GT, pelo convívio de 9
607 meses de trabalho. Certamente criamos laços, crescemos juntos e construímos afeto. Com
608 maturidade, respeito e ética, encontramos caminhos para cumprir o que nos foi honrosamente
609 confiado pelo pleno. Conselheiros, senhoras e senhores, alguns princípios nortearam nosso
610 trabalho: o foco na assistência social como política de proteção social; a defesa incondicional do
611 público da assistência social e o reconhecimento da responsabilidade do CNAS com a sociedade
612 brasileira. Para tanto acolhemos todas as sugestões e contribuições protocoladas no CNAS.
613 Estabelecemos um canal de diálogo aberto e amplo com entidades, prefeitos e conselhos,
614 democratizando o debate em âmbito nacional. Utilizamos como metodologia a coordenação
615 compartilhada entre sociedade civil e governo, o que certamente contribuiu muito para a
616 qualificação do processo. Nesse momento agradeço à coordenadora adjunta, Socorro, foi muito bom
617 contar contigo nesse processo. Outro ponto foi a escuta acolhedora a todas as reflexões, levaram a
618 debate salutar e promissor, parafraseando o conselheiro Wagner. Peço licença para usar as suas
619 retóricas: “e o estabelecimento de confiança, pois nossa defesa é a mesma, a consolidação da
620 assistência social.” Por fim, esse é mais um momento que fica na história da assistência social,
621 produzido pelo conselho, entre tantos, constituindo em mais um marco regulatório, dizendo à
622 sociedade brasileira a que veio essa política pública, ao definir para as alíneas a e c o que cabe à
623 assistência social, com a segurança que o momento nos permite e com a segurança do dever público
624 em ser o mais justo e inclusivo possível, rompendo com a lógica de que tudo pode na assistência
625 social. Assim apresentamos o relatório que contém encaminhamentos como recomendações e 3
626 resoluções. Entendo que teremos cumprido nossa responsabilidade enquanto conselho somente
627 quando todos os encaminhamentos e recomendações estiverem concluídos. Passamos à apresentação
628 do relatório do trabalho, apresentado pelo GT, que com contribuições do pleno, se qualificará. Ao
629 relatório. Grupo d trabalho, alínea c e d, inciso 1º do artigo 2º da LOAS. Relatório final. Histórico
630 do grupo: a Comissão de Política, em fevereiro de 2011 acolhendo a reivindicação da FEBRAEDA,
631 de que as entidades não se sentiam contempladas na tipificação dos serviços socioassistenciais,
632 enfatizando que essas entidades, sem fins econômicos, inserem jovens no mercado de trabalho

633 conforme a lei 10097 de 2000 e executam serviços socioassistenciais. Discutindo, a Comissão de
634 Política do CNAS, entendendo que a integração ao mercado de trabalho extrapola a questão da
635 aprendizagem, propondo então a criação de GT para definir o papel da assistência social em
636 relação ao inciso 3º do artigo 2º da LOAS que trata da promoção e integração ao mercado de
637 trabalho. O CNAS, em reunião nos dias 8 a 10 de fevereiro, por meio da resolução 03 de 2011,
638 constitui grupo para discutir de forma ampla e intersetorial o inciso 3º, hoje alínea c. posteriormente
639 foi publicada a resolução CNAS 12/2011 de 20 de abril de 2011 que ampliou as atribuições do GT,
640 passando a ter a tarefa de discutir também o inciso 4º da LOAS, hoje alínea d, habilitação e
641 reabilitação de pessoa com deficiência e sua integração na vida comunitária. Integrantes: Leila
642 Pizzato, Maria do Socorro Tabosa, Eutália Barbosa, Renato Saidel, Samuel Rodrigues, Sérgio
643 Wanderly, Simone Albuquerque, Jane Clemente. Coordenação Leila Pizzato, adjunta Maria do
644 Socorro Tabosa. Considerando a importância de contemplar as diferenças das atividades feitas no
645 país em relação aos incisos 3º e 4º da LOAS o CNAS divulgou as reuniões do GT em seu sítio na
646 internet, contando com essa forma com a participação de representantes da sociedade. A seguir
647 passaremos ao relato dos trabalhos do GT. Alínea c, promoção da integração ao mercado de
648 trabalho. Foram realizadas 9 reuniões para discutir a alínea, sendo 1ª reunião, planejamento das
649 atividades, leitura e estudo de materiais recebidos pelo CNAS, estudo das legislações da lei da
650 aprendizagem, regulação do pró-jovem, lei, decreto e portaria, três calendário e atividades. Segunda
651 reunião: encontro para discussão de base referencial do tema. Contou com a participação de
652 estudiosos como o professor Vicente Carneiros, Sandra Nishimura, assistente social da secretaria
653 municipal de Londrina, professora Lúcia Lopes, da inclusão produtiva. Professora Luciana Jacú,
654 assessora especial da Ministra do MDS que fez reflexão sobre a inclusão produtiva. Terceira
655 reunião, 13 do 6, apresentação de experiências na área da proteção e integração do mercado de
656 trabalho e de diálogo com o CONANDA. Contou com a presença das seguintes entidades: Cáritas
657 Brasil, Ademar Ventuti, coordenação colegiada Brasília-DF, INS, instituto de solidariedade, Shirley
658 Silva, coordenadora. Comitê interministerial de inclusão dos catadores de material reutilizáveis,
659 CIISC, Jaira Alva Pupim, coordenadora da Secretaria Executiva Brasil. Projeto Axé Bahia, Maria
660 Macedo. Centro Salesiano do Menor, CESAN, Mirian dos Santos, Belo Horizonte. Deusina Lopes da
661 Cruz, assessora da diretoria de proteção social especial do MDS. Contribuiu como relatora e
662 sistematizadora. Após a reunião houve diálogo com o CONANDA, que contou com presença da vice-
663 presidente Mirian José dos Santos e teve como objetivo conhecer a posição do mesmo em relação à
664 aprendizagem e interface com a política de assistência social. Quarta reunião: diálogo de questões
665 de estado, em relação à promoção e integração ao mercado de trabalho. Contou com a presença de:
666 Alexandre Reis, coordenador do pró-jovem, DPSP, CNAS, Eliria Egídio, coordenadora de
667 acompanhamento de benefícios assistenciais, DPA, CNAS, e Marcelo Vitoriano, gerente nacional de
668 capacitação e inclusão da VAP. Essa reunião contou com relatoria e sistematização de Deusina
669 Lopes da Cruz, MDS. Quinta reunião, 11 do 8, sistematização dos conteúdos do inciso 3º do artigo
670 2º da LOAS pelo GT. Sexta reunião, 19 do 8, reunião ampliada do GT para discussão do inciso,
671 realizada no auditório do bloco F, contou com 102 participantes de entidades representativas. O
672 período da manhã foi dedicado à discussão da alínea C e contou com a participação do CNAS,
673 Sérgio Moraes, Lúcia Braga... sétima reunião, 16 do 9, avaliação dos documentos e apresentação de
674 sistematização pela relatoria para construção da proposta de resolução da alínea C, artigo 1.
675 Contou com os colaboradores da SNAS, MDS, Sérgio Wanderley Moraes, Léia Braga e Francisca
676 Alves de Carvalho. Dia 21/11 Elaboração da proposta de resolução da alíneas "d", Inciso I, Art. 2º
677 da LOAS. Dia 22/11 –Manhã -Revisão da proposta de resolução das alíneas "c" e "d" do Inciso I,
678 Art. 2º da LOAS. Durante o processo o GT recebeu materiais das instituições: FEBRAEP, Centro de

679 *Votuporan, Associação Catarinense para valorização do cego, Fórum municipal dos direitos de*
680 *crianças e adolescentes, fórum municipal de aprendizagem, Centro de Integração – CIEE, Centro*
681 *Espírita Irmão Álvaro, Conselho de Assistência social do DF, CAS – DF, Fórum de Assistência*
682 *social de São Paulo. Encaminhamentos relacionados à alínea C: O grupo encaminha minuta de*
683 *resolução para promoção do mercado de trabalho no campo da assistência social, estabelece*
684 *requisitos conforme cópia anexa. Proposta de inclusão na tipificação nacional dos serviços de*
685 *convivência e vínculos as especificidades de faixa etária de 18 a 59 anos, com descrição específica*
686 *das vulnerabilidades da ausência de renda, extrema pobreza, não acesso ao mundo do trabalho.*
687 *Essa inclusão deverá ser realizada até 2012. Proposta de orientação técnica até 2011. Elaboração*
688 *do CNAS das orientações acerca da resolução até plenária de 2012. Só por ordem, eu leio as*
689 *resoluções ao final? Obrigada. Item 2, alínea D do inciso 2º da LOAS, habilitação e reabilitação da*
690 *pessoa com deficiência e inclusão na vida comunitária. Foram realizadas oito reuniões para*
691 *discutir. 1ª reunião, 20 de maio, planejamento e discussão da alínea D do inciso 1º, artigo 2º da*
692 *LOAS, diz respeito ao dialogo sobre a alínea D, contou com a participação do assessor da secretaria*
693 *nacional de defesa da pessoa com deficiência do DF, que apresentou o balanço do comitê de*
694 *monitoramento da convenção internacional sobre os direitos da pessoa com deficiência, Romeu*
695 *Sazaki, fundador do centro para vida independente, em São Paulo, que explanou sobre a integração*
696 *da pessoa com deficiência na vida comunitária. Elíria Boneti, coordenação de acompanhamento do*
697 *BBA, CNAS e Deusina Lopes, assessora do DPSE que fizeram análise da tipificação nacional,*
698 *confrontada com a convenção internacional da pessoa com deficiência. Adinilson dos Santos,*
699 *conselheiro titular do CONADE, que falou sobre a regulamentação da convenção da pessoa com*
700 *deficiência e as experiências de defesa de direitos. Deusina Cruz, assessora do DPSC... SNAS, MDS,*
701 *colaborou com a relatoria e sistematização da reunião. 3ª reunião, 10 do 8, encontro com as*
702 *organizações nacionais e representantes de movimento da pessoa com deficiência. Objetivo:*
703 *aprofundar debate sobre habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e promoção da vida*
704 *comunitária, ouvindo das entidades representadas suas contribuições ao inciso. Participaram as*
705 *instituições: Organização Nacional de Cegos do Brasil, ONCB, Federação Nacional das APAES,*
706 *FENAPAE, Federação Nacional das AVAPES, FENAVAP, Federação Nacional de Integração de*
707 *Surdos, Federação Nacional das Associações PESTALOZI, Organização Nacional de Entidades de*
708 *Deficientes Físicos, Associação Brasileira de Autismo, ABRA e Associação Brasileira de Educadores*
709 *de Deficientes Visuais. O evento foi realizado no Superior Tribunal Federal em Brasília, com*
710 *participação de 251 pessoas. O encontro contou com a colaboração dos relatores Célio Wanderley*
711 *Morais, Lúcia Braga, Francisca de Carvalho. Reunião de 12 do 8. Reunião do GT para*
712 *sistematização dos conteúdos da alínea D. 5ª reunião, dia 19 do 8, Ampliada do GT para discussão*
713 *do inciso 1º, artigo 2º da LOAS, realizada no auditório do bloco F, com 102 participantes das*
714 *entidades. A parte da tarde foi dedicada à discussão da alínea D e contou com participação dos*
715 *colabores da SNAS. Recebeu materiais para subsidiar os trabalhos do Conselho de Assistência*
716 *Social do Rio de Janeiro e Associação Catarinense para integração do Cego. Encaminhamentos*
717 *relacionados à alínea D: minuta de resolução que define a habilitação e reabilitação de pessoa com*
718 *deficiência e sua inclusão na vida comunitária, estabelece requisitos conforme anexo. Proposta que*
719 *o CNAS acolha resolução a ser definida, incluindo pauta até setembro de 2011, orientações sobre a*
720 *resolução até plenária de março de 2012. Ampla discussão com a rede socioassistencial. Brasília, 22*
721 *de novembro de 2011. Passando para as minutas de resolução: minuta de resolução da promoção e*
722 *integração ao mercado de trabalho. O CNAS em reunião ordinária realizada nos dias 23 e 24 de*
723 *2011, no uso da competência que lhe confere os incisos 2, 5, 9 e 14 da LOAS, considerando a LOAS,*
724 *742 de 93 como ultima alteração na lei 12435, estabelece a integração ao mercado de trabalho*

725 como um dos objetivos da assistência social; considerando a resolução CNAS 145 de 15 de outubro
726 de 2004, que aprova a política nacional de assistência social PNA, considerando a resolução 269 de
727 2006 que aprova a NOB RH SUAS, considerando a resolução de 2009 que aprova a tipificação
728 nacional dos serviços socioassistenciais, considerando resolução 16 de 2010 que define os
729 parâmetros para organizações de assistência social, bem como serviços, benefícios, programas e
730 projetos dos conselhos de assistência social, considerando decálogo de direitos socioassistenciais e
731 compromissos éticos como documentos orientadores da política de assistência social, considerando
732 que a função 1ª da assistência social é a proteção do trabalho e a integração ao mercado de
733 trabalho não é de função exclusiva da assistência social mas resultado da ação intersectorial de
734 várias políticas, considerando que o trabalho sem proteção social é violação de direitos,
735 considerando que o mercado de trabalho é estruturador de identidades, promove sociabilidade e
736 pertencimento social, considerando que a assistência social identifica e recepciona demandas, é
737 mobilizadora e garantidora de direitos, vocalizadora da população em vulnerabilidade,
738 considerando que a assistência social reconhece as capacidades e potencialidades dos usuários,
739 promove protagonismo, bem como resgate de autoestima, considerando que os indivíduos e famílias
740 devem ser atendidos no conjunto de suas vulnerabilidades à partir da integração ao mercado de
741 trabalho, considerando as contribuições dos especialistas, resolve: artigo 1º, para efeito da
742 resolução, fica estabelecido que a promoção de integração ao mercado de trabalho deve ser
743 entendida como integração ao mundo do trabalho, sendo conceito mais amplo e adequado. Artigo 2º,
744 definir que a promoção ao mundo do trabalho se dará por conjunto de ações de diversas políticas,
745 cabendo à assistência social ofertar proteção social, viabilizando a promoção de protagonismo, a
746 participação cidadã, mediação do acesso ao mercado de trabalho. Artigo 3º, estabelecer como
747 requisitos básicos para ações de promoção da integração ao mundo do trabalho na assistência
748 social, inciso 1, referenciamento na rede socioassistencial conforme o SUAS. 2, articulação com as
749 demais políticas, 3, atuação com grupos para fortalecimento de vínculos e desenvolvimento de
750 atitudes e habilidades para inserção no mundo do trabalho com monitoramento. 4, promoção da
751 formação política cidadã, desenvolvendo e resgatando o protagonismo por meio da reflexão crítica
752 permanente como condição de crescimento pessoal. 5, garantia de acessibilidade e tecnologias
753 assistivas para pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, viabilizando a condição de
754 alcance para socialização com segurança, conforme o conceito do desenho universal e normas
755 ABNT. 6, promoção da pessoa com deficiência e famílias para fortalecimento de potencialidades e
756 integração ao mercado de trabalho. Execução de programas e projetos que qualifiquem os serviços
757 socioassistenciais. 8, titulação dos serviços na promoção da integração ao mundo do trabalho.
758 Artigo 4º, a resolução entra em vigor na data de publicação, Carlos Eduardo Ferrari, presidente do
759 CNAS. Minuta de resolução da habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência: Define
760 habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e promoção de integração à vida comunitária e
761 estabelece seus requisitos. O CNAS em reunião ordinária em 23 e 24 de dezembro de 2011, no uso
762 da competência que lhe conferem os incisos 2, 5, 9 e 14 da LOAS, considerando a LOAS, 742 de 93
763 como última alteração na lei 12435, que indica como objetivo da assistência social a habilitação e
764 reabilitação da pessoa com deficiência e promoção de integração à vida comunitária, considerando
765 o decreto 6049 de 25 de agosto de 2009 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos
766 da pessoa com deficiência que define pessoa com deficiência são aquelas que tem impedimentos de
767 longo prazo de natureza física, mental ou sensorial os quais, em interação com diversas barreiras,
768 podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as
769 demais pessoas. Considerando decreto 7617 de novembro de 2011 que institui o plano nacional dos
770 direitos da pessoa com deficiência, plano viver sem limite, considerando o decreto 7613 de 17 de

771 novembro de 2011 que altera o decreto 5992 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a concessão de
772 diárias no âmbito da Administração Federal Direta, autárquica e funcional, considerando resolução
773 CNAS 145 de 15 de outubro de 2001 que aprova a política nacional de assistência social, PNAS,
774 considerando a resolução CNAS 130 de 15 de julho de 2005m que aprova a NOB SUAS,
775 considerando a resolução CNAS 269 de 2006 que aprova a NOB RH SUAS, considerando a
776 resolução CNAS 16, de 5 de maio de 2010, que define parâmetros nacionais para entidades e
777 organizações de assistência social, bem como serviços, benefícios, programas e projetos
778 socioassistenciais nos conselhos de assistência social de municípios e DF, considerando resolução
779 CNAS 27 de 19 de setembro de 2011, que caracteriza ações de assessoramento, defesa e garantia de
780 direitos na assistência social, considerando o decálogo de direitos socioassistenciais e
781 compromissos éticos socioassistenciais como documentos orientadores da política de assistência
782 social, considerando as contribuições dos movimentos em defesa de direitos da pessoa com
783 deficiência no encontro com organizações nacionais, promovido pelo CNAS com objetivo de
784 subsidiar o GT para definição de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e promoção
785 da integração à vida comunitária, considerando que a assistência social é reconhecida como política
786 privilegiada para tratar da inclusão social da pessoa com deficiência, respeitando-se
787 transversalidade e intersetorialidade, considerando que a convenção internacional sobre direitos
788 das pessoas com deficiências aprovada em assembleia da ONU é o documento basilar e mais atual
789 para conceituação e uso de terminologias mais adequadas no que se refere à pessoa com deficiência,
790 considerando o processo de gestão do trabalho no SUAS, que deve ser aprimorado no sentido de
791 atender as necessidades reais da pessoa com deficiência e contribuir para sua inclusão social,
792 considerando que o Benefício de Prestação Continuada tem potencial articulador em relação aos
793 serviços socioassistenciais e outras políticas públicas, considerando que cabe à assistência social
794 identificar as necessidades, diferenças, especificidades, gênero, geração, etnia e outros, e
795 potencialidades das pessoas com deficiência, no sentido de viabilizar o acesso aos direitos
796 socioassistenciais e demais direitos, considerando que cabe à assistência social trabalhar em
797 articulação com outras políticas setoriais, na perspectiva do enfrentamento e superação das
798 barreiras atitudinais, sociais, culturais, econômicas, arquitetônicas e tecnológicas, contribuindo
799 para autonomia e protagonismo das pessoas com deficiência, considerando que cabe à assistência
800 social informar, orientar e referenciar a pessoa com deficiência e suas famílias, bem como ofertar
801 serviços e benefícios socioassistenciais, considerando o protocolo de gestão integrada de serviços e
802 benefícios de transferência de renda no âmbito do SUAS, aprovado pela resolução CIT 7 de
803 setembro de 2009, resolve: artigo 1º, para efeito da resolução fica estabelecido que a integração à
804 vida co9munitária da pessoa com deficiência no campo da assistência social deve ser entendida
805 como inclusão à vida comunitária, adequando-se às lutas históricas dos movimentos da pessoa com
806 deficiência e seus avanços conceituais. Artigo 2º, definir que habilitação e reabilitação da pessoa
807 com deficiência e promoção de inclusão à vida comunitária é processo que envolve conjunto
808 articulado de ações de diversas políticas, no enfrentamento das barreiras implicadas para
809 deficiência e pelo meio, cabendo à assistência social ofertas próprias para promover o
810 fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, assim como autonomia, independência,
811 segurança, acesso de direitos e à participação plena e efetiva na sociedade. Artigo 3º, definir que
812 habilitação e reabilitação no campo da assistência social se caracteriza por meio de vigilância
813 socioassistencial, proteção social, defesa e garantia de direitos. Parágrafo 1º: A vigilância
814 socioassistencial se concretiza por meio de identificação da pessoa com deficiência e seu contexto
815 familiar, identificando violações de direitos, barreiras atitudinais, culturais, sócio econômicas,
816 arquitetônicas e tecnológicas e reconhecendo suas potencialidades. Cabe também à vigilância

817 *socioassistencial o monitoramento do acesso e padrões de qualidade dos serviços e benefícios*
818 *socioassistenciais. Parágrafo 2º: A proteção social deverá ser alicerçada por meio da oferta de*
819 *serviços socioassistenciais organizados por níveis de proteção social básica e especial, de média*
820 *complexidade e alta complexidade. Parágrafo 3º: A defesa e garantia de direitos deve se concretizar*
821 *em todos os serviços ofertados, na execução de serviços, benefícios, programas e projetos voltados*
822 *prioritariamente para fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários,*
823 *formação e capacitação de lideranças, defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção*
824 *de novos direitos, promoções de cidadania, enfrentamento de desigualdades sociais e articulação*
825 *com órgãos públicos de defesa de direitos. Artigo 4º: Definir atendimento em habilitação e*
826 *reabilitação no campo da assistência social, se realizada por meio de serviços, benefícios,*
827 *programas e projetos tipificados: 1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família: PAIF; 2,*
828 *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, 3, serviço de Proteção Social Básica em*
829 *Domicílio para Pessoas Com Deficiência e Idosas; 4, Serviço de Proteção e Atendimento*
830 *Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; 5. Serviço de Proteção Social Especial para*
831 *Pessoas Com Deficiência, Idosas e suas Famílias, 6, Serviço Especializado em Abordagem Social, 7,*
832 *Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade*
833 *Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade; 7. Serviço especializado para Pessoas em*
834 *Situação de Rua; 8, Serviço de Acolhimento Institucional, 9, Serviço de acolhimento em repúblicas,*
835 *10, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, 11, Serviço de Proteção em Situação de*
836 *Calamidades Públicas e Emergências, Benefício de Prestação Continuada, 14, Benefícios Eventuais,*
837 *15, Programa Bolsa Família. Parágrafo 1º: Os serviços de proteção social básica em domicílio para*
838 *pessoa com deficiência e idosas de proteção social especial para pessoa com deficiência, idosas e*
839 *suas famílias também realizam atendimento específico de habilitação e reabilitação da pessoa com*
840 *deficiência à vida diária e comunitária. Parágrafo 2º: O serviço de convivência e fortalecimento de*
841 *vínculos para possibilitar inclusão de pessoa com deficiência, patologias crônicas e ou dependências*
842 *deve: desenvolver ações intergeracionais, garantir heterogeneidade na composição dos grupos,*
843 *atender pessoa com deficiência, patologias crônicas e ou dependência, independente da faixa etária,*
844 *viabilizar acesso às tecnologias assistivas. Parágrafo 3º: O SUAS deve implantar programas e*
845 *projetos que articulem e qualifiquem os serviços e benefícios de acordo com as demandas e*
846 *necessidades dos territórios. Artigo 5º: Para contribuir com a habilitação e reabilitação da pessoa*
847 *com deficiência e a promoção de inclusão da vida comunitária, no campo da assistência social,*
848 *deve-se estabelecer que: 1. As tecnologias assistivas necessárias para execução de serviços,*
849 *benefícios, programas e projetos socioassistenciais devem ser identificadas e disponibilizadas pela*
850 *rede socioassistencial. 2, os serviços devem constar com capacitação permanente para seus*
851 *profissionais de modo a contribuir com o protagonismo, autonomia e fortalecimento da pessoa com*
852 *deficiência e sua família, conforme NOB RH SUAS e resolução CNAS 17 de 2011. 3, as ofertas*
853 *devem ser acessíveis para a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, viabilizando a condição*
854 *de alcance para utilização com segurança e autonomia dos espaços, mobiliários, sistemas e meios de*
855 *comunicação, tendo como parâmetro o conceito de desenho universal e normas ABNT. Artigo 6º:*
856 *Aos usuários com deficiência deve ser assegurado direito da participação em todos os espaços do*
857 *controle social, por meio da oferta e suporte, acessibilidade arquitetônica e acompanhante quando*
858 *necessário. Artigo 7º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Carlos Eduardo*
859 *Ferrari, Presidente do CNAS. Considerando a importância das duas resoluções, o GT acordou uma*
860 *terceira resolução que são recomendações e encaminhamentos. Então minuta de resolução:*
861 *Recomenda adequações relativas à regulamentação das alíneas c e d do inciso I, do artigo 2º da*
862 *LOAS. Dia 24/11-Apresentação da proposta de Resolução na Plenária do CNAS para aprovação. O*

863 CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 23 e 24 de novembro de 2011, no uso da
864 competência que lhe conferem os incisos 2, 5, 9 e 14 do artigo 18 da lei 8742, de 1993, LOAS,
865 considerando a resolução CNAS nº ... de 24 de novembro de 2011 que define a promoção da
866 integração no mercado de trabalho no campo da assistência social e a resolução CNAS de 24 de
867 novembro de 2011, que define habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e promoção de
868 integração à vida comunitária no campo da assistência social, resolve: artigo 1º. Recomendar ao
869 MDS que sejam elaboradas orientações técnicas e definição das tecnologias assistivas aplicáveis à
870 assistência social, de acordo com resoluções número ... e ... de 24 de novembro de 2011. Artigo 2º,
871 recomendar ao MDS: 1, elaboração de proposta de adequação da tipificação nacional nos termos da
872 Resolução ... de 24 de novembro de 2011, que trata de habilitação e reabilitação da pessoa com
873 deficiência. 2, Elaboração de proposta de inclusão, no item da tipificação nacional dos serviços
874 socioassistenciais, referente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, das
875 especificidades da faixa etária de 18 a 59 anos, definindo a descrição específica das
876 vulnerabilidades decorrentes da ausência ou insuficiência de renda, situação de extrema pobreza,
877 não acesso ao mundo do trabalho, deficiências ou dependência gerada por patologias crônicas. 3,
878 elaboração de proposta de inclusão na NOB RH SUAS da garantia das condições de acessibilidade
879 dos trabalhadores com deficiência do SUAS para desempenho de suas funções. Artigo 3º.
880 Recomendar que os documentos e normativas da assistência social anteriores às resoluções sejam
881 revisados, adequando os conceitos e definições estabelecidos nas resoluções de 24 de novembro de
882 2011. Artigo 4º, as recomendações constantes da presente resolução deverão ser atendidas até julho
883 de 2012. Artigo 5º, esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Carlos Eduardo
884 Ferrari, Presidente do CNAS”. O Presidente indicou o item 1, página 5, com alguns
885 encaminhamentos referentes à minuta de resolução. O Conselheiro Wagner Santana indagou se o
886 MDS orientaria como aplicar , pensando que competiria ao CNAS, com a Conselheira Leila
887 informando que o texto não estava adequado. O Conselheiro Pedro Ost sugeriu que a 1ª proposta de
888 orientação técnica fosse até abril, ao invés de julho, para ser deliberado em maio. O Conselheiro
889 Pasquini concordou com o Conselheiro Pedro Ost que fosse até abril, questionando a respeito de
890 nomenclatura, indagando se quando se falava de inclusão no mundo do trabalho se usava trabalho e
891 emprego. Na 2ª proposta, elaboração do MDS de orientação técnica relativa a essa resolução, sugeriu
892 fosse até abril, solicitando esclarecimentos a que se referia a ampla discussão com os conselhos,
893 sendo que quanto à resolução, não tinha mais discussão, só encaminhamento. A Conselheira Lélia
894 Braga esclareceu que o prazo até abril havia sido avaliado, mas permanecendo julho, coerente para
895 que pudessem dar conta da demanda. Com relação à 2ª questão, não haviam chegado à informação da
896 discussão do emprego vinculado ao mundo do trabalho. O Conselheiro Renato Saidel falou sobre a
897 questão, colocando que o prazo havia sido discutido amplamente e sendo o mais coerente. Concordeu
898 com os esclarecimentos da Conselheira Léa a respeito do termo mundo do trabalho entendendo estar
899 bem aplicado, principalmente com relação à pessoa com deficiência. A Conselheira Leila esclareceu
900 que a ideia de discussão era de socialização e apresentação dessa resolução em diálogo com os
901 conselhos, para aproximação e explicitação de conceitos. O Conselheiro Wagner falou sobre os
902 municípios, sendo importante que a Comissão de Conselhos fazendo as orientações de aplicabilidade
903 e com as entidades tendo que se adequar até 30 de abril de 2012, com a Conselheira Leila
904 esclarecendo sobre a questão do prazo. O: Conselheiro Renato Saidel, para registro, destacou que o
905 GT não trazia a Comissão de Conselhos com a atribuição de elaboração das orientações, o que havia
906 que verificar. O Presidente, como **encaminhamento**, colocou as propostas sobre a minuta para
907 votação: 1, prazo até julho; e, 2, apresentada pelo Conselheiro Pedro Ost e defendida pelo
908 Conselheiro Pasquini, de alteração nos prazos para cumprimento e deliberação até maio,

909 apresentação em abril: Conselheiro Renato de Santos Paula: ‘Voto pela manutenção do texto como
910 está’. Simone Albuquerque: ‘Pela proposta do GT’. Eutália Barbosa: ‘Voto com a relatoria’. Léa
911 Lúcia: ‘Voto com a proposta apresentada pelo GT’. Conselheiro José Geraldo: ‘Voto pela proposta do
912 GT’. Conselheira Fátima Rampin: ‘Voto com a proposta do GT’. Conselheiro José da Crus: ‘Com a
913 proposta do GT’. Conselheira Eli da Silva: ‘Voto pela proposta do GT’. Conselheiro Sérgio
914 Wanderly: ‘Voto com o GT’. Conselheiro Pedro Ost: ‘Contra a proposta do GT’. Conselheiro
915 Antônio Pasquini: ‘Contra a proposta do GT’. Conselheira Maria do Carmo: ‘Contra a proposta do
916 GT’. Conselheiro Samuel Rodrigues: ‘Bom dia, voto contra a proposta do GT’. Conselheiro
917 Frederico Leite: ‘Voto na proposta 2, a de mudança dos prazos, contrário à proposta do GT’.
918 Conselheiro Carlos Rogério: ‘Bom dia a todos, voto pela posição contrária do GT’. Presidente,
919 Carlos Ferrari: ‘Proposta dois’. Conselheiro Clodoaldo Leite: ‘Contra a proposta do GT’. O
920 Presidente indicou a aprovação da proposta 1, de manutenção dos prazos com nove votos contra oito.
921 A seguir, o Presidente submeteu à aprovação do Pleno, a resolução que tratava da alínea C, artigo 2º,
922 promoção da integração ao mercado de trabalho, sendo aprovada por unanimidade. Item 2, alínea D,
923 inciso 1º da LOAS. Habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e sua integração à vida
924 comunitária, com os encaminhamentos do item 2. A minuta de resolução da habilitação e
925 reabilitação. Esclareceu que a proposta era que o CNAS acolhesse a Resolução e incluísse até
926 setembro de 2012, avaliação e deliberações sobre a Resolução. Elaboração acerca da Resolução até o
927 mês de março. Ampla discussão com os conselhos de assistência social e com a rede
928 socioassistencial. O Presidente ponderou não saber se ficaria claro no último item sobre ampla
929 discussão com conselhos de assistência social. A Conselheira Leila informou que na discussão do GT
930 haviam tratado da devolutiva, trazendo as entidades de pessoa com deficiência e trabalhar a
931 Resolução e a tipificação para que pudessem fazer a leitura da tipificação, consultando o GT e
932 acolhendo a sugestão de explicitação. O Conselheiro José da Crus indagou quanto às seguranças no
933 artigo 2º da resolução, se seriam as da Assistência Social. Com relação ao artigo 4º, parágrafo 3º, que
934 dizia que o SUAS deveria implantar programas e projetos, não cabendo ao SUAS fazer essa
935 implantação, com o Conselheiro Renato de Paula esclarecendo a questão. Observou que o artigo 4º
936 definia que o atendimento em habilitação e reabilitação na Assistência Social se realizava por
937 programas e projetos e benefícios e serviços socioassistenciais tipificados, sugerindo incluir no texto
938 que esses serviços eram de referência, sem prejuízo daqueles que pudessem ser instituídos nos
939 estados e municípios, questionando se o GT havia feito essa discussão. A Conselheira Simone
940 informou que a ENAP, Escola Nacional de Administração Pública, havia premiado o Censo SUAS
941 por estar entre os 10 projetos de inovação pública federal. Esclareceu que o GT havia se baseado no
942 que era nacionalmente constituído, com a tipificação nacional atendendo a demanda da pessoa com
943 deficiência na atenção e serviços e benefício socioassistenciais. Esclareceu ser importante que os
944 Conselheiros entendessem que se tratava de o reconhecimento histórico do momento do SUAS, dos
945 serviços nacionalmente reconhecidos e cofinanciados, mas o que não impedia que estados e
946 municípios, com recursos próprios, mantivessem outros serviços, discorrendo sobre a questão. Que o
947 GT havia considerado importante e indicado ao CNAS que também tornasse seus serviços inclusivos,
948 incluindo questões específicas da pessoa com deficiência. Com relação ao questionamento do
949 Conselheiro José da Crus, a respeito da discussão do GT sobre o Sistema Único, ele afetava
950 programas e projetos, visto de que também entidades inscritas no Conselho Municipal ou Estadual,
951 independente do recebimento direto de financiamento, integravam o SUAS. A Conselheira Eutália
952 esclareceu que o GT havia ficado com dúvida se estariam engessando ao descrever os serviços
953 tipificados, e os benefícios, o PBC e o Programa Bolsa Família, tendo construído o 1º parágrafo sobre
954 o assunto, com o Conselheiro Renato de Paula dizendo-se contemplado. O Conselheiro José da Crus

955 sugeriu que no parágrafo 3º, o SUAS, ao invés de deve implantar, colocassem deve organizar
956 programas e projetos de acordo com as demandas. O Presidente em exercício passou à votação da
957 minuta da resolução que definia a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, sendo
958 aprovada por unanimidade pelo Pleno. O Presidente esclareceu que seguindo o rito, a 3ª Resolução
959 que recomendava providências estava sob análise, passando à sua votação e com o Pleno aprovando a
960 resolução que recomendava ao CNAS procedimentos para implementação das resoluções anteriores.
961 **Item Relato da Comissão de Política**, pelo Conselheiro Frederico: “*Memória da reunião da*
962 *Comissão de Política da Assistência Social, data 18 de novembro de 2011, 14 horas às 17 e 30,*
963 *CNAS sala 108. Membros da comissão: Clodoaldo Lima Leite, Frederico Jorge, José Ferreira da*
964 *Cruz, Leila Pizzato, Maria Auxiliadora de Araújo, Maria do Carmo Tourinho, Marisa Rodrigues da*
965 *Silva. Conselheiros presentes: Eutália Barbosa Rodrigues, José Geraldo Diniz, Sérgio Wanderly.*
966 *Ausência Justificada, Célia Mota de Carvalho, convidados, Isabela Cardoso, DGSUAS, Francisco*
967 *Brito, DPSE, CNAS, Francisco Rodrigues Correia, Joana Maria de Oliveira, Conselho Municipal de*
968 *assistência social de Florianópolis, Lília Prates, Secretaria Executiva do CONANDA, Luís Henrique,*
969 *CONANDA, Maria de Lurdes, CONANDA, Maria Meiriz, Conselho Federal de Serviço Social, Lilian*
970 *Santos, CONANDA, Solange Bueno, Florianópolis, Simone Albuquerque, DGSUAS, MDS. Secretaria*
971 *Executiva do CNAS Maria Antônio Valente, Maria Auxiliadora Pereira. A Secretaria Executiva está*
972 *pedindo para incluir a conselheira Maria do Socorro Tabosa. Ponto 1, percentual de recurso do*
973 *SUAS para pagamento de profissionais que integram a equipe de referencia. Visando atender o que*
974 *preconiza o artigo 6º da alínea e da lei 8742/93, alterada pela lei 8435, a diretora de gestão do*
975 *SUAS, Simone Albuquerque apresentou as pesquisas de Censo SUAS, que subsidiaram o MDS na*
976 *definição do percentual de recursos oriundos do FNAS para cofinanciamento dos pagamentos das*
977 *equipes de referencia do SUAS. Ressalta-se que esse documento foi entregue ao CNAS conforme*
978 *cópia anexa. A definição do percentual visa dar segmento a uma consolidação de direitos*
979 *socioassistenciais, sendo que 2012 é ano de eleições municipais e que o prazo para realização de*
980 *concursos públicos é até o mês de julho. A partir da introdução, a diretora Simone apontou a*
981 *pesquisa da MUNIC que aponta o ano de 2009 havia 220 mil, 730 trabalhadores nas secretarias*
982 *municipais de assistência social, sendo que 31% apresentaram vínculos empregatícios precários.*
983 *Desse total de trabalhadores, 56% atuavam em CRAS e CREAS, por outro lado, nas quatro*
984 *dimensões do ID CRAS analisados no censo SUAS 2010, apontou-se que o baixo índice de qualidade*
985 *dos CRAS estaria focado nas dimensões acessibilidade e RH, portanto a autorização do recurso de*
986 *cofinanciamento colaborará par estados e municípios e DF possam pagar as equipes de referência*
987 *conforme previsto no artigo 6º e da lei 8643. Essa proposta muda a resolução da CIT numero 5 de*
988 *2010 que pactuou metas de desenvolvimento dos CRAS até 2013, visando adequação ao prescrito na*
989 *Resolução 269 de 2006 que aprova a NOB RH. A diretora concluiu a apresentação enfatizando que*
990 *a proposta apresentada propõe que estados e municípios e DF poderão utilizar até 60% do recurso*
991 *oriundo do FNAS para pagamento dos profissionais das equipes de referência do SUAS, conforme*
992 *proposta de Resolução anexa. O MDS reforça seu compromisso de continuar nos estudos acerca dos*
993 *custos dos serviços socioassistenciais para subsidiar as análises dos efeitos da Resolução. A*
994 *proposta de recurso para pagamento de profissionais foi recebida como avanço importantíssimo*
995 *para o favorecimento da gestão do SUAS e a qualidade dos serviços socioassistenciais. O percentual*
996 *proposto em relação aos recursos da união é esforço pela efetivação do financiamento e*
997 *corresponsabilidade na efetivação do SUAS. A definição do percentual é oportuna, no tocante do*
998 *CNAS estar realizando conferencia nacional com tema de consolidação do SUAS e valorização dos*
999 *trabalhadores. Ponto 2, reunião conjunta da comissão de políticas públicas do CONANDA. Os*
1000 *representantes do CONANDA se apresentaram e, em seguida, a vice-presidente do CONANDA,*

1001 *Mirian dos Santos, elencou a proposta de temas a serem debatidos conjuntamente, na perspectiva da*
1002 *interface das políticas de assistência social para crianças e adolescentes e para emancipação e*
1003 *fortalecimento de famílias. Os temas foram: toque de recolher, recolhimento compulsório, medidas*
1004 *socioeducativas em meio aberto. Dois ponto um, toque de recolher. O CONANDA emitiu parecer*
1005 *contrário ao procedimento denominado toque de recolher, proibição da circulação de crianças e*
1006 *adolescentes nas ruas, no período noturno, adotado em algumas cidades do país, por meio de*
1007 *portaria de juízes de infância e juventude. Encaminhamentos: retirada de posicionamento político do*
1008 *CNAS em relação ao procedimento, garantir que o tema seja pautado nas Conferências Nacionais*
1009 *que estão sendo realizadas em 2011. Realização de oficina em fevereiro de 2012 sob coordenação do*
1010 *CONANDA com a participação intersetorial, resolução conjunta CNAS-CONANDA, definição de*
1011 *estratégias de atuação com conselhos estaduais de crianças e adolescentes, visando controle social*
1012 *das práticas de violação de direitos. Dois ponto dois, recolhimento e internação compulsórias de*
1013 *crianças e adolescentes em situação de rua e usuários de drogas. O CNAS, em reunião plenária*
1014 *realizada no dia 17 de agosto de 2011 emitiu moção de repúdio em relação às ações acontecendo*
1015 *principalmente em Rio de Janeiro e São Paulo de recolhimento e internação compulsória da*
1016 *população com trajetória de vida nas ruas e em especial de crianças e adolescentes usuários de*
1017 *crack. Encaminhamentos, que nas conferências de saúde e assistência social se discuta os temas.*
1018 *Proposta de criação de grupo de representantes das comissões de política do CNAS e CONANDA,*
1019 *conselho nacional de saúde, CISME, comissão intersetorial de saúde mental, educação, judiciário,*
1020 *CNJ, Ministério Público, para apropriação do tema considerando sua intersetorialidade e legislação*
1021 *e informações relacionadas, definição de estratégias políticas e técnicas. 2.3, depoimento sem danos.*
1022 *Esse tema foi abordado na plenária do CNAS em outubro e será pautado com o CONANDA.*
1023 *Encaminhamento, a proposta de agenda conjunta será definida posteriormente, à partir da definição*
1024 *de calendário de reuniões dos dois conselhos. Ponto 3, informe do DPSE sobre os serviços*
1025 *desenvolvidos em PAEFIS, CREAS e centros de atendimento à mulher em situação de violência. Este*
1026 *ponto está previsto mas não foi possível discuti-lo. A SNAS entregou à Comissão de Política o*
1027 *relatório sintético sobre a reunião entre Secretária Nacional de Assistência Social por meio da*
1028 *DPSE e a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Encaminhamento,*
1029 *o assunto será pautado na próxima reunião da Comissão de Política. Frederico Souza Leite,*
1030 *Coordenador da Comissão”. Na sequência, passou à leitura da resolução: “Resolução de 2011:*
1031 *Estabelece percentual dos recursos do SUAS, cofinanciados pelo governo federal, que poderão ser*
1032 *gastos no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência, de acordo com o*
1033 *art. 6º-E da Lei nº 8.742/1993, inserido pela Lei nº 12.435/2011. Considerando a Lei nº 8.742/1993*
1034 *(LOAS) que dispõe sobre a Organização da Assistência Social e prevê o cofinanciamento dos*
1035 *serviços socioassistenciais; Considerando a Lei nº 12.435/2011 que inseriu o art. 6º-E no texto da*
1036 *LOAS, no qual prevê a possibilidade de aplicação dos recursos do cofinanciamento do SUAS*
1037 *destinados a execução das ações continuadas de assistência social no pagamento dos profissionais*
1038 *que integram as equipes de referência, cujo percentual será apresentado pelo Ministério do*
1039 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e aprovado pelo Conselho Nacional de*
1040 *Assistência Social (CNAS); Considerando a Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que*
1041 *aprova a Política Nacional de Assistência Social-PNAS, a qual institui o SUAS; Considerando a*
1042 *Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica do*
1043 *Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS; Considerando a Resolução nº 269, de 13 de*
1044 *dezembro de 2006, Norma Operacional Básica NOB-RH, que prevê a constituição das equipes de*
1045 *referências para cada nível de proteção e que preceitua que "são aquelas constituídas por servidores*
1046 *efetivos responsáveis pela organização e oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios de*

1047 *proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos*
1048 *referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários";*
1049 *Considerando a Resolução CNAS nº 210/2007, a qual aprovou as metas nacionais do Plano Decenal*
1050 *de Assistência Social e previu como meta até 2015 a adequação das unidades de proteção social*
1051 *básica e especial, no tocante às equipes de profissionais de referência em conformidade com a NOB-*
1052 *RH; Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação*
1053 *Nacional dos Serviços Socioassistenciais; Considerando a Resolução CNAS nº 105, de 3 de*
1054 *dezembro de 2009, que publicou as deliberações aprovadas na VII Conferência Nacional de*
1055 *Assistência Social; Considerando a [Resolução CIT nº 5, de 3 de maio de 2010](#), que institui, de forma*
1056 *pactuada, as metas de desenvolvimento dos CRAS por períodos anuais, visando serviços gradativa*
1057 *adaptação aos padrões normativos estabelecidos pelo SUAS, com início em 2008 e término em 2013,*
1058 *Resolve: Art. 1º. Os Estados, Distrito Federal e Municípios poderão utilizar até 60% (sessenta por*
1059 *cento) dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social, destinados a execução das*
1060 *ações continuadas de assistência social, no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes*
1061 *de referência do SUAS, conforme art. 6º-E da Lei nº 8.742/1993. Art. 2º. Esta Resolução entra em*
1062 *vigor na data de sua publicação. CARLOS EDUARDO FERRARI. Presidente do Conselho".O*
1063 *Conselheiro José Geraldo observou que em relação a um dos considerandos, faltava a palavra social,*
1064 *unidades de proteção social básica e especial. A Secretária-Executiva passou à votação: Conselheiro*
1065 *Renato de Paula: 'Senhor presidente, quero votar, mas quero fazer declaração de voto. Quero dizer*
1066 *que é com imensa satisfação que voto favorável à aprovação da resolução, que tem de ser uma das*
1067 *Resoluções com maior visibilidade na conferência, deve ser aclamada não só pelo tema, mas pelo que*
1068 *significa. Ela é resultado de luta histórica, de muito tempo, dos trabalhadores da assistência social,*
1069 *que assim começam a adquirir uma identidade como trabalhadores da assistência social. Faço essa*
1070 *declaração, me declarando favorável à minuta de Resolução'. Conselheira Simone: 'Quero dizer que*
1071 *essa resolução é muito importante, que entrou na proposta da LOAS por sugestão e determinação do*
1072 *CNAS. Foram quatro propostas que o conselho fez, depois de um grande debate. A Resolução foi o*
1073 *artigo mais lutado, mais suado e mais difícil de conquistar dentro do governo. Agradeço o José*
1074 *Geraldo, discutimos muito esse negócio. A Resolução tem a ver com uma compreensão de um*
1075 *parecer da AGU de que os recursos da assistência social são essenciais e obrigatórios. Acho que*
1076 *houve todo um convencimento do governo, da nossa Presidenta, sancionou a lei, é muito importante*
1077 *esse momento, não só para isso, mas porque foi muito batalhado, mas pela importância que*
1078 *imaginamos que essa atitude vai tomar. Vamos ter nos nossos CRAS e CREAS representantes dos*
1079 *trabalhadores efetivos, representantes de trabalhadores com vínculos, por isso com capacidade de*
1080 *criar vínculos com a população que atendem. Quero registrar a presença do diretor Antônio*
1081 *Henrique, agradecer também, sem o apoio, não só apoio, mas companheirismo, a decisão política,*
1082 *não conseguiríamos de jeito nenhum chegar aqui. Só chegamos e vamos enfrentar muita confusão.*
1083 *Então Presidente, agradeço a minhas equipes, coordenação de regulação, gestão do trabalho, nesse*
1084 *assunto, enfim, pela disposição nossa mas não posso deixar de agradecer a CONGEMAS e*
1085 *FONSEAS, pela confiança, respeito e ao coordenador Frederico. Eu disse na Comissão e quero*
1086 *repetir. Ajuda muito ser diretora de gestão do SUAS tendo a confiança e o respeito dos gestores e do*
1087 *CNAS, fica fácil, podemos errar e voltar ao conselho e a CIT dizer que erramos, isso é só para dar*
1088 *meu voto, sou absolutamente favorável à resolução e, enfim, estou muito feliz neste momento'.*
1089 *Eutália Barbosa: 'Voto pela aprovação com muita alegria, esperando que a Resolução deflagre um*
1090 *processo de desprecarização do trabalho no SUAS'. Léa Lúcia Braga: 'Voto favorável à resolução'.*
1091 *Conselheiro José Geraldo: 'Gostaria de agradecer a Simone pelos agradecimentos e lembrar que para*
1092 *chegar à Resolução passamos 2009 e 2010 em intensas reuniões, algumas muito acaloradas. Eu tive*

1093 grandes dificuldades enquanto representante do governo no processo, sendo chamado que passou
1094 para o lado de lá, mas foi um processo gratificante. Gostaríamos que a Resolução fosse editada na
1095 forma que originalmente pensamos, não é Simone? Sem veto na lei, ai desfigurava o que queríamos,
1096 ai foi necessário veto. Depois de tudo isso mais reuniões para conseguir que a AGU nos apoiasse,
1097 reconhecendo que o que queríamos estava consagrado. Voto com alegria pela aprovação’.
1098 Conselheira Fátima Rampin: ‘Pela aprovação’. Conselheiro José da Crus: ‘Com alegria e com o
1099 coração batido, pela aprovação. Agradeço a diretora Simone Albuquerque e queria parafrasear uma
1100 frase nossa, construída recentemente, é importante a iniciativa do CNAS, contribuindo para qualificar
1101 a oferta dos serviços socioassistenciais e consolidando o direito socioassistencial no país’.
1102 Conselheira Eli da Silva: ‘Quero manifestar a aprovação pelo colegiado do FONSEAS, parabenizar a
1103 equipe pela iniciativa, a Resolução é marco na vida dos trabalhadores, que hoje fazem com que o
1104 SUAS seja aprimorado. No dia a dia percebemos a precariedade em que vivem os trabalhadores e que
1105 são tão necessários para que haja a qualificação dos serviços socioassistenciais. Quero parabenizar
1106 em nome da Presidenta Arlete e membros do FONSEAS’. Conselheiro Sérgio Wanderly: ‘Queria
1107 qualificar o voto, dizendo, com tanta coisa bonita dita antes, fico sem palavras. Como diz o poeta,
1108 tem coisas que não sei dizer, só sei sentir. Sinto que, para nós que temos essa caminhada, é mais um
1109 marco, a alegria de fazer parte desse momento, desse corte temporal no conselho, representando os
1110 municípios. Agradecer o trabalho da SNAS, da equipe da Simone. Temos também a questão do
1111 emblemático, principalmente o que a Simone falou, a tranquilidade de olhos nos olhos, percebendo
1112 que estamos construindo juntos. Acho que é momento, um divisor de água... lembro do primeiro
1113 ganho nosso, foi no tempo do ministro Patrus Ananias, quando tirou as famigeradas CNDs da nossa
1114 área. Ali senti gostinho de vitória e à partir dali fomos crescendo. O que construímos ali, o ponto alto
1115 é a aprovação do SUAS como lei, mas esse ponto, com o MDS tendo coragem de fazer, temos
1116 perspectiva de abrir a discussão, os fundos onde existem e onde há cofinanciamento, terão de ser
1117 abertos, para fazer como aqui fez o MDS. Agradecer aos conselheiros e os representantes de
1118 trabalhadores, estamos em uma função de gestão, não somos, agora trabalhadores somos da
1119 assistência social. Dizer que é um orgulho a luta, com consenso, dissenso, mas com o mesmo norte...
1120 não sou bom de ter essas frases, mas achei muito bonito o que o José Cruz falou. Eu aprovo, mais que
1121 aprovo, essa resolução’: Conselheiro Pedro Ost: ‘Aqui mostra de novo como é curto nosso cobertor
1122 na Assistência Social. Em realidade é uma resolução muito boa para estados e municípios, mas nós
1123 entidades vemos que vai diminuir o recurso para as entidade, 60% pode ser utilizado em RH dos
1124 municípios. Esse é o recurso que está indo para o que as entidades realizam. Se o gestor municipal
1125 quer utilizar até 60% dos recursos do fundo, que hoje são destinados ao trabalho das entidades, esse
1126 dinheiro pode ser destinado a isso. É menos dinheiro para as entidades prestadoras de serviços. Nesse
1127 sentido sou contrário’. Conselheiro Antônio Pasquini: ‘Eu voto pela aprovação da resolução’.
1128 Conselheiro Clodoaldo: ‘Eu acho que, voto pela aprovação, na esperança que isso signifique
1129 qualidade na prestação do serviço, um começo, como disse o Irmão Pedro Ost, isso significará,
1130 dependendo de como for encarado, uma diminuição de recursos. A esperança é que isto seja o
1131 caminho para inclusão de milhares de brasileiros. O SUS vemos como ideia algo maravilhoso, mas as
1132 pessoas estão pelos corredores. Voto pela aprovação, na esperança de que este conselho possa pensar
1133 nas organizações de assistência social, no novo desenho do SUAS’. Conselheira Maria do Carmo:
1134 ‘Voto pela aprovação da Resolução’. Conselheiro Samuel Rodrigues: ‘Penso que a grande vitória é
1135 dos usuários, cada vez que conquistamos uma vitória na assistência social, por isso meu voto é pela
1136 aprovação’. Conselheiro Frederico: ‘Voto pela aprovação e gostaria de agradecer por estar em
1137 momento histórico da política, não tendo o entendimento que o cobertor é curto, ele se amplia, tendo
1138 agenda política de combate à precarização dos trabalhadores. A gente que conhece tão bem o

1139 território, que passamos por ele e isso repercutiu na qualidade da assistência social. Queria agradecer
1140 a todos, em nome da Simone, que estiveram na construção do processo, neste dia histórico e
1141 precisamos publicizá-lo aos quatro cantos, que seja provocativo de um novo momento na política de
1142 assistência social'. Conselheiro Carlos Rogério: 'Vou qualificar o voto, dizendo que pelos
1143 considerandos a Resolução é acúmulo, reflexo de conquistas, desde a promulgação da LOAS, enfim,
1144 passando pela NOB SUAS, a NOB RH e também faz parte de uma luta nossa, das centrais sindicais,
1145 no caso o segmento dos trabalhadores, estamos representados no CNAS, temos recursos na área
1146 pública para a regulamentação, a formalização e contratação, recursos específicos para os
1147 trabalhadores e trabalhadoras. Para isso, achamos um avanço, lutamos pela aprovação, com uma
1148 preocupação que levantou o Irmão Pedro, que isso não implique na questão do cobertor curto, acho
1149 que nossa compreensão é que há recursos, não devemos pensar dessa forma, atuando de forma que a
1150 assistência social, tanto no poder público como nas esferas privadas, elas caminhem juntas no
1151 objetivo comum, do SUAS. Nesse sentido aprovo a Resolução com essa qualificação'. Presidente,
1152 Carlos Ferrari: 'Não posso deixar de qualificar meu voto, queria deixar registrada minha alegria, de
1153 ter me dado essa oportunidade de fazer parte dessa história, assinando essa Resolução, que
1154 transforma toda uma lógica de relação de trabalho. Para além disso permite, cria condições que o
1155 gestor possa qualificar sua rede com essa segurança, sabendo que faz parte de um país que tem uma
1156 lógica que privilegia a relação entre os entes, que reconhece em lei um sistema único de acesso a
1157 direitos, que agora também, no SUAS, transformado em lei, reconhece o discurso que repetimos nas
1158 conferências, que a principal tecnologia na política são os trabalhadores. Acho que votando pela
1159 aprovação homenageio tantos profissionais que fizeram parte da minha história, para que eu pudesse
1160 me habilitar, ter acesso a tantos recursos, para que pudesse chegar à presidência do conselho. Quero,
1161 aprovando a Resolução, abraçar os companheiros que fizeram parte da bancada do conselho, acho
1162 que é momento para eles mais importante. Na pessoa do Frederico, gostaria de cumprimentar todos
1163 que fizeram parte dessa história, que lutaram por essa história e que hoje não podem estar aqui
1164 presencialmente, mas que em algum momento vão ler essa resolução, lendo a degravação. Aos que
1165 vão ler, seja para pesquisa, seja para ter ideia do processo, dizer que essa partezinha da degravação
1166 deve ser citada em mestrado, em tese de doutorado, replicada, porque é um momento da história onde
1167 o Controle Social, pilar da assistência social, reconhece a importância dos trabalhadores como a
1168 grande tecnologia da política. Parabéns Simone, pela luta, enquanto militante da política, parabéns
1169 senhor Presidente do CONGEMAS, Sérgio Wanderly, que se desdobrou, inclusive colocando a saúde
1170 no limite'. A seguir, o Presidente considerou a resolução aprovada pelo Pleno por 16 votos
1171 favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. O Presidente passou a palavra aos Conselheiros
1172 que não haviam votado, os quais se manifestaram felizes e ao mesmo tempo preocupados,
1173 considerando o avanço dessa decisão e a preocupação com os recursos disponíveis, com a
1174 Conselheira Simone informando que distribuiria aos Conselheiros uma nota técnica que trazia sobre a
1175 situação, colocando-se já disposição para esclarecimentos. O Conselheiro Pedro Ost solicitou que
1176 constasse na memória que o FNAS, era de R\$ 1,652 bilhão e, se fosse dividido entre os municípios
1177 seria pouco o recurso destinado para cada um, sendo favorável à valorização dos trabalhadores. Item
1178 2.2, Toque de recolher. Retirada de posicionamento político do CNAS. Após discorrerem sobre o
1179 item, com o Conselheiro Renato de Paula sugerindo mudar a ordem, tirando posicionamento político,
1180 para que o posicionamento fosse antecedido dos outros encaminhamentos. Esclareceu que se
1181 posicionassem com relação ao toque de recolher, somente poderia ser genérico, sendo consenso no
1182 CNAS a defesa dos direitos das crianças e adolescentes independente de qualquer situação. Que uma
1183 nota simples seria suficiente, tendo que se redigir para ser discutida, não estando claro que a
1184 Comissão gostaria de encaminhar em forma e conteúdo. A Conselheira Eutália colocou o debate que

1185 o CONANDA vinha fazendo sobre a questão, não podendo separar internação, recolhimento e toque
1186 de recolher, sendo preciso amplo debate sobre a questão. A Conselheira Maria do Socorro informou
1187 que o CONANDA havia distribuído nota no dia anterior contra o toque de recolher, e que seria
1188 repassado a todos os Conselheiros. A Sra. Cristiane falou sobre a questão do acolhimento
1189 institucional, relatando a difícil situação existente e que gostaria fosse discutida. O Sr. Carlos, do
1190 Fórum de São Paulo, sugeriu ao CNAS que ABNP tinha posicionamento jurídico, podendo subsidiar
1191 o Conselho para uma oficina com o CONANDA. A Sra. Marlene falou sobre a discussão que havia
1192 acontecido na Comissão, observando haver duas questões, uma relativa à publicização nas
1193 conferências das posições tomadas de modo mais genérico e outra mais específica, compondo
1194 documentos de encaminhamento e estratégias a ser feita em outro momento. Que haviam proposto
1195 uma comissão intersetorial para esse aprofundamento, visto esse posicionamento não ser apenas afeta
1196 à Assistência Social, mas envolvendo também outras políticas setoriais. O Conselheiro Frederico
1197 encontrou favorável terem o posicionamento anterior às conferências, mantendo-se os
1198 encaminhamentos, com as inclusões das falas dos Conselheiros e visitantes e a questão da construção
1199 do documento sobre o internamento compulsório. O Presidente sugeriu que um grupo se reunisse e
1200 apresentasse uma proposta até o final da tarde, com a Conselheira Léa observando que não teria a
1201 qualidade necessária. Prosseguindo, o Conselheiro Renato de Paula, no item 2, no encaminhamento
1202 1, nas Conferências de Saúde e Assistência Social, sugeriu incluir outras conferências. O Conselheiro
1203 Frederico sugeriu a construção do documento, lembrando que a Conferência de Saúde antecedia a do
1204 CNAS, sugerindo participar do grupo. Em não havendo mais nenhuma colocação, o Presidente
1205 considerou aprovada pelo Pleno a memória da Comissão de Política. **ENCERRAMENTO.** A seguir
1206 encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos para retornarem às 14h. **ABERTURA. Item**
1207 **Relato da memória da reunião da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de**
1208 **Assistência Social.** O Presidente em exercício reiniciou a reunião, sugeriu que prosseguissem com
1209 alguns anexos da memória: “*Relatório sobre a visita ao centro de convenções. Ai tem de arrumar,*
1210 *comissão de acessibilidade e comitê executivo. Conselheiros presentes: Frederico Souza Leite,*
1211 *Clodoaldo de Lima Leite, Carlos Ferrari, Maria Auxiliadora de Araújo. Convidados: Francisco*
1212 *Rodrigues, Roberto Paulo do CONADE e Manuel Timbó do CONSEA. Secretaria Executiva do*
1213 *CNAS, Jamile Calado, Mirele Dantas e Suzane Alves. Um, considerações gerais. A visita foi*
1214 *realizada ao Centro de Convenções Ulysses Guimarães em setembro de 2011, à partir das 16 horas,*
1215 *sendo destacados os seguintes pontos: 1.1. Estacionamento. Quatro vagas para deficientes. 1.2.*
1216 *Caixas eletrônicas: Banco do Brasil, BRB e caixa 24 horas. Não possui caixa adaptado para*
1217 *cadeirantes. 1.3. Piso Térreo: área de acesso ao teatro principal é distante. Piso tátil, ausência de*
1218 *bebedouros adaptados para cadeirantes. 1.4. Auditório Master: rampa para palco somente com*
1219 *acesso por trás. Degrau com piso escorregadio. Elevador de acesso ao palco funcionando. Não*
1220 *possui assento para obesos. Não? Possui dois camarins, um masculino e um feminino, adaptados e*
1221 *dois não adaptados. O elevador que dá acesso não está em funcionamento. 1.5. Quanto ao local de*
1222 *acesso, sala de reprografia e atendimento médico. Não possui piso tátil. 1.6. Sala do CNAS.*
1223 *Banheiros adaptados para cadeirantes. 1.8. sala de imprensa, não possui banheiros adaptados para*
1224 *cadeirantes. 1.9. local onde será instalado o restaurante, possui piso tátil, possui banheiros alta*
1225 *complexidade. 1.10, auditório planalto, não possui rampa de acesso direto ao palco, subir para o 1º*
1226 *andar para pegar rampa e não possui banheiros adaptados. 1.11, quanto ao primeiro andar.*
1227 *Banheiros adaptados para cadeirantes, 1.12, sala de relatoria: não possui banheiros adaptados para*
1228 *cadeirantes e não possui piso tátil. Dois, encaminhamentos: 2.1. solicitar ao centro de convenções*
1229 *providencias cabíveis quanto ao a) instalação de banheiros adaptados, b) instalação de piso tátil no*
1230 *1º andar, c) cadeiras destinadas a obesos nos auditórios, d) banheiro adaptado na sala de imprensa.*

1231 *instalação de identificação em braile nos locais que serão utilizados na 8ª conferência e pleno*
1232 *funcionamento do elevador de acesso ao palco principal. 2.2. pautar na comissão em novembro*
1233 *critérios para uso da sala do CNAS. Bom, esse relatório, embora tenha encaminhamentos, a*
1234 *comissão de acessibilidade tem acompanhado e vai continuar acompanhando as providencias de*
1235 *acessibilidade. Próximo. Programação. Dia 7/12, pela manhã chegada das delegações. 12 às 17*
1236 *credenciamento. 12:30 às 15 almoço e acolhida. Das 14 às 15, discussão e aprovação do regimento*
1237 *interno. Coordenação, conselheiros nacionais José Geraldo Diniz e Leila Pizzato. 15 às 18, balanço*
1238 *crítico do processo das conferências de 2011, gestão e Controle Social Maria Asbec, Pontifícia*
1239 *Universidade Católica de São Paulo, Edival Bernardino, Universidade Federal do Pará. Denise*
1240 *Colin, secretária nacional e Carlos Ferrari, Presidente do CNAS. Coordenação: conselheiros*
1241 *nacionais, Renato Francisco de Paula e José Araújo. 18 horas, jantar. 19 às 20 solenidade de*
1242 *abertura. Composição da mesa: Dilma Roussef, Presidenta da República do Brasil, Tereza Campelo,*
1243 *Ministra do MDS, Carlos Ferrari, Presidente do CNAS... todos os conselheiros receberam a*
1244 *programação? Estou lendo e ninguém falou nada! Uns receberam e outros não. Posso continuar a*
1245 *leitura e os conselheiros que não receberam acompanham pela tela? Pode ser? Enquanto as*
1246 *meninas distribuem? Então tá, Denise Colin, Secretária Nacional de Assistência Social Agnelo*
1247 *Queirós, Governador do DF, Sérgio Wanderly, Presidente do CONGEMAS, Arlete Sampaio,*
1248 *Presidente do FONSEAS, Fórum Nacional dos Conselhos de Assistência Social, FONACEAS, fórum*
1249 *de assistência social, dos trabalhadores do SUAS, representantes de usuários, frente parlamentar em*
1250 *defesa da assistência social e aqui vale o adendo que outras autoridades poderão compor a mesa.*
1251 *Das 20 às 21, conferência magna, consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores: o desafio para*
1252 *superação da extrema pobreza. Tereza Campelo, Ministra do MDS. Coordenação: Carlos Eduardo*
1253 *Ferrari e Renato de Paula. 21 horas, show com Pereira da viola. Dia 8 do 12, quinta-feira. Até as 14*
1254 *horas, credenciamento, 8:30 às 11:30, estratégias para estruturação da gestão no SUAS e o*
1255 *Controle Social, Berenice Couto, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Jucimere*
1256 *Isolda, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Raquel Rachelis, Pontifícia Universidade*
1257 *Católica de São Paulo, representante do fórum de trabalhadores da assistência social. Coordenação,*
1258 *conselheiros José Cruz e Frederico Leite. 11:30 às 12:30 debate, 12:30 às 14 almoço, 14 às 16*
1259 *grupos de trabalho, até 16:30 lanche, 16:30 às 18 continuação dos grupos, até 19 jantar, 19 às 22*
1260 *oficinas simultâneas. Dia 9 do 12, sexta-feira. 8:30 acolhida aos participantes, às 11, painel*
1261 *reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais. Márcia Lopes, Universidade de*
1262 *Londrina, Aldair Esposato, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, representante do fórum*
1263 *nacional de assistência social. Coordenação: conselheiros nacionais Renato Saidel e Célia Mota de*
1264 *Carvalho. 11:30 às 12:30 debate, até 14:30 almoço, 14:30 às 16 grupos de trabalho. 16 às 16 e 30*
1265 *lanche, 16:30 às 18 continuação dos grupos. 18 às 19 jantar, ato político em comemoração aos 18*
1266 *anos da LOAS, posição política dos participantes da conferência sobre temas da atualidade e*
1267 *lançamento de livros. Dia 10 do 12, sábado, 8:30 acolhida aos participantes, 8:30 às 9 homenagem*
1268 *em memória ao conselheiro Antônio Kbeça e entrega da premiação do concurso da logomarca do*
1269 *CNAS. Às 9 horas plenária final. Das 13 às 14:30 almoço e programação cultural, das 14:30 às 18*
1270 *plenária final, depois lanche, 18 horas mesa de encerramento da 8ª conferência, 18:30 jantar. 11 do*
1271 *12, domingo, pela manhã retorno das delegações. Informe sobre os convites realizados para*
1272 *convidados, palestrantes e demais atores. É uma folha única, está escrito controle de convidados*
1273 *para a conferência nacional, painelistas e mesa de abertura. Todos localizaram? Conferência*
1274 *magna, consolidar o SUAS e valorizar trabalhadores, desafio para superação da extrema pobreza no*
1275 *Brasil, dia 7 do 12, convite enviado para a Ministra Tereza Campelo. Convite enviado sem resposta.*
1276 *Coordenação Carlos Ferrari e Renato de Paula. A resposta está chegando. Balanço crítico das*

1277 conferências 2011 do Controle Social, 17 do 11, 15 às 18. Status do convite, Asbec, enviado sem
1278 resposta, Edival Bernardino enviado, confirmado, Denise Colin, convite enviado, pode se considerar
1279 respondido, Carlos Ferrari e coordenadores, conselheiro Renato de Paula e José Araújo. Painel
1280 gestão do trabalho, convites, Berenice Couto, enviado, até dia 8 sem resposta. Jucimere, convite
1281 enviado sem resposta, Raquel Rachelis, confirmada, representante do fórum de trabalhadores da
1282 assistência social aguardando confirmação. Painel reordenamento e qualificação dos serviços
1283 socioassistenciais, Márcia Lopes, confirmada, Aldair Esposado, presença confirmada, Raquel
1284 Rachelis presença confirmada, representante do Fórum nacional de assistência social, aguardando
1285 indicação. Mesa de abertura, Presidenta Dilma Roussef, convite já foi entregue pela Ministra, A
1286 Ministra foi convidada, estamos aguardando. Governador Agnelo, convite enviado sem resposta,
1287 Presidente Carlos Ferrari e vice não confirmaram, secretária Denise Colin sem resposta,
1288 CONGEMAS sem resposta, FONSEAS presença confirmada, FONACEAS presença confirmada,
1289 fórum de assistência social aguardando apreciação da presidência do fórum, fórum dos
1290 trabalhadores aguardando a apreciação da presidência, representante dos usuários, enviado e-mail
1291 dia 23 aos conselheiros representantes dos usuários para indicação. Frente parlamentar, aguarda
1292 reinstalação da frente. Mesa dia 10, Ministra, convite enviado sem resposta, Presidente Carlos
1293 Ferrari e secretária Denise Colin”. Após algumas considerações, o Conselheiro Renato de Paula
1294 procedeu à leitura da “Memória da reunião da comissão organizadora da Comissão Organizadora
1295 da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, datas 9 a 11 de novembro, CNAS, Brasília, DF.
1296 Conselheiros presentes: Carlos Eduardo Ferrari, Renato de Paula, Frederico Jorge de Souza Leite,
1297 José Araújo, José Ferreira Cruz. No dia 9 Marisa Rodrigues e Renato Saidel. Conselheiros com
1298 ausência justificada: José Cruz dias 10 e 11, Célia Mota de Carvalho. Secretaria Executiva do
1299 CNAS, Maria das Mercês Carvalho, secretária executiva, Cristiane Calado, Liliane Neves, Maria
1300 Auxiliadora Pereira e Mirele Dantas. Convidados: Valdete Martins, Relatoria Quênia Augusta,
1301 mobilização cultural, Maria Ângela colaboradora, José Maciel, assessoria de comunicação, Natasha
1302 Valente do MDS, Reinaldo Lopes, SAA, Francisco de Assis da SAA, Marcela Martins da CONJUR,
1303 Valéria Grilanda, da SNAS, Lilian Cordeiro do CONANDA, Anderson Rafael do CONANDA e
1304 Eduardo Lucas do CONJUVE. Ponto 1, conferência. 1.1, relatório das conferências estaduais e do
1305 DF. No que se refere às propostas encaminhadas à relatoria preparou quadro anexo contendo
1306 informações como: estados da federação que enviaram relatório. Avanços e desafios. Número de
1307 propostas apresentadas por subtema. A relatoria informou que 216 municípios não realizaram
1308 conselhos de assistência social conforme informações dos estados. 2 1.2, credenciamento dos
1309 delegados. Só uma observação metodológica. Alguns anexos já lemos e outros retomamos a leitura
1310 quando terminarmos a memória. 1.2, credenciamento de delegados de estados e municípios, DF,
1311 convidados e observadores. De acordo com o relatório de acompanhamento, apenas Roraima não
1312 concluiu o credenciamento de seus delegados, faltando credenciamento, pela distribuição oficial, de
1313 sete delegados municipais e um estadual. Segundo o conselho, este observou apenas a planilha que
1314 definia as vagas de delegados estaduais. Resultados finais: delegados municipais titulares 1135,
1315 delegados estaduais titulares 152, total de 1287 inscrições de delegados para a VIII Conferência
1316 Nacional de Assistência Social. No sistema constam 706 delegados suplentes, 630 municipais e 76
1317 estaduais. 2, retorno sobre as inscrições de delegados nacionais. Dos 44 delegados da sociedade
1318 civil, 38 indicaram seus representantes. 2.1, segmentos de usuários e representantes de usuários.
1319 Confirmados 12. Não poderão participar 2, associação de pais e amigos de pessoas especiais,
1320 APAPE e articulação dos povos indígenas do Brasil. Tem indicação de substituição. 2.2, segmento
1321 de entidades de assistência social, confirmados 13, aguardando confirmação a fundação ABRINC,
1322 pelos direitos de crianças e adolescentes. Informa que só poderia indicar representante semana que

1323 vem. 2.3, segmentos dos trabalhadores, confirmados os 14, aguardando confirmação 2,
1324 confederação de servidores públicos do Brasil, CSPB e federação nacional dos médicos, FENAN.
1325 Não virá: 1, central geral dos trabalhadores do Brasil, CGTB. 3, regimento interno da VIII
1326 Conferência Nacional de Assistência Social, temos o anexo, leremos depois. 4, programação da VIII
1327 Conferência Nacional de Assistência Social, 4.1 retorno do convite aos expositores de painel, o
1328 anexo foi lido, 4.2, ato político. Local: restaurante, dia 9 do 12, 19 horas, com mais ou menos uma
1329 hora e meia de duração. Objetivo, celebrar os 18 anos da LOAS e reafirmar posicionamentos dos
1330 militantes da política de assistência social. A comissão definiu o roteiro do ato político, está em
1331 anexo, além da proposta de manifesto, anexa. Encaminhamentos: 4.2.1. a homenagem é para
1332 comemorar os 18 anos da LOAS, receberão menção honrosa os ministros. 4.2.2. um dos integrantes
1333 do grupo do cerimonial. 4.2.3. organizar espaço do restaurante, de forma que fique com teatro de
1334 arena com as mesas em volta. 5, metodologia para apresentação do balanço crítico, na VIII
1335 Conferência Nacional de Assistência Social. A relatoria preparou quadro com dados do balanço
1336 crítico, contendo avanços e desafios, por subtemas. Os professores convidados não puderam
1337 comparecer à reunião com a relatoria e a presidência. Diante disso a comissão definiu que a
1338 relatoria entrará em contato com os professores Edival Bernardino e Maria Asbec a respeito do
1339 conteúdo do balanço, que será encaminhado aos componentes da mesa, a senhora secretária Denise
1340 Colin e o Presidente Carlos Ferrari. 6, patrocinadores da VIII Conferência Nacional de Assistência
1341 Social. Foram realizados contatos pela Ministra e pelo Secretário Executivo do MDS com a Caixa
1342 Econômica Federal com o BNDS, a fundação do Banco do Brasil e CESC, que já confirmou sua
1343 participação, com cota de 200 mil reais e a Caixa Econômica Federal está em processo de análise
1344 para provável patrocínio de 100 mil reais. 7, oficinas. 7.1. Retorno dos convites aos expositores e
1345 coordenadores das oficinas. Há um anexo, não lemos, do quadro situacional. 7.2. A Secretaria
1346 Executiva do MDS solicitou incluir nos debates o tema Conferência Rio+20. A conferência
1347 acontecerá no Brasil em 2012 e discutirá as questões do desenvolvimento sustentável para os
1348 próximos 20 anos. O Brasil, além de ser o país sede, também presidirá a conferência, por essa razão
1349 foi proposto pela Presidenta da República que em todos os eventos e conferências o tema seja
1350 agregado, tendo em vista dar ciência à sociedade do assunto, recolher propostas para a conferência
1351 e definir as propostas do Brasil. Diante da importância do tema, a Comissão Organizadora
1352 Comissão sugere a inclusão da 25ª oficina: o SUAS e as contribuições par a Conferência Rio+20,
1353 com a seguinte ementa: A conferência das Nações Unidas, Rio+20, a intersectorialidade da
1354 sustentabilidade e os serviços, benefícios, programas e projetos para população em risco social e
1355 pessoal. O tema da sustentabilidade nas metas, o controle social na agenda do desenvolvimento
1356 sustentável, a construção da agenda de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas
1357 brasileiras, a visão e a participação da sociedade civil na Rio+20. Propostas do CNAS para compor
1358 o documento de contribuição: os expositores, Adroaldo Quintela, diretor de políticas de
1359 desenvolvimento, da Presidência da República, Sra. Márcia Mucha Gato, da Secretaria Executiva do
1360 MDS e integrante da Secretaria Executiva da Rio+20. Conselheiro do desenvolvimento social e
1361 representante do comitê facilitador da Sociedade Civil. Encaminhamentos: 7.2.1. Para efeito de
1362 mobilização dos participantes para a VIII Conferência Nacional de Assistência Social, sugere-se que
1363 o tema seja abordado na fala da Ministra e do Presidente do CNAS, dando destaque ao assunto.
1364 7.2.2. Garantir espaço para plantão da Secretaria Executiva do MDS para esclarecimento sobre o
1365 tema. 7.2.3. Que a Secretaria Executiva do MDS envie ao CNAS os materiais a serem distribuídos na
1366 conferência. 8, estandes. 8.1. Retorno das inscrições para uso de estandes por estados, municípios e
1367 Distrito Federal. Até então, estados de Amazonas, Bahia, Goiás, Pará, Pernambuco, Tocantins, Rio
1368 Grande do Sul, Santa Catarina e DF estão credenciados. Os estados tem até 25 de novembro para

1369 enviar as indicações de expositores ao CNAS conforme o informe 3 de 2011. Faltam enviar os
1370 estados do Acre, Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Rio
1371 Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe e Roraima. O estado do Paraná informou que
1372 não fará uso do estande. Item 8.2, retorno das inscrições para uso dos estandes por conselhos de
1373 políticas e defesa de direitos. A Comissão Organizadora convidou os conselhos, há uma nota de pé
1374 de página nominando os conselhos convidados, já apresentados na última plenária para reunião
1375 com objetivo de discussão do uso dos estandes. Compareceram o conselho nacional de direitos das
1376 crianças e adolescentes e o conselho de juventude. Vou ler a nota: 'foram convidados o Conselho
1377 Nacional de Saúde, Conselho dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Conselho Nacional dos
1378 Direitos do Idoso, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Conselho Nacional dos Direitos da
1379 Pessoa Com Deficiência, Conselho Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Promoção da
1380 Igualdade Racial e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar'. Esse estande ficou definido que
1381 seria espaço político de articulação entre conselhos, com objetivo de dar visibilidade às ações. O
1382 estande fará parte dos espaços destinados ao ato político. A comissão sugere distribuir o manifesto
1383 em defesa do Controle Social. Será construída junto à ASCON, a identidade do estande, tendo em
1384 vista a necessidade de todos os conselhos. Encaminhamentos: 8.2.1. a Secretaria Executiva do CNAS
1385 repassará aos conselhos os detalhes de materiais para envio e outros detalhes operacionais. A
1386 comissão indicará um conselheiro que acompanhará todo o processo. 9, informes gerais, 9.1.
1387 Caderno de Textos. Foi apresentada proposta editorial do caderno de textos e após as considerações
1388 da comissão, foi encaminhado para impressão junto à gráfica Brasil. Item 9.2. Comitê de
1389 Acessibilidade. O comitê se reuniu 21 do 11 e avaliou os relatórios de acessibilidade, oriundos das
1390 conferências de estados e municípios e DF. O quadro abaixo demonstra municípios, capitais e
1391 estados que devolveram instrumental preenchido conforme solicitação do CNAS. As conferências
1392 municipais, Aracajú, Belém, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Teresina. Conferências
1393 estaduais: Amazonas, Amapá, Espírito Santo, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Paraná e
1394 Pernambuco. O comitê ressalta a baixa devolutiva por parte dos estados. Foi analisado ainda o
1395 relatório sobre a visita ao centro de convenções, já lido, que foi encaminhado ao CNAS e ao GDF
1396 para tomada de providências cabíveis. 10, proposta de pauta para a próxima reunião, 25 do 11.
1397 10.1. Reunião com empresa licitada para realização da VIII Conferência Nacional de Assistência
1398 Social. 10.2. oficinas: retorno dos convites realizados aos expositores. 10. 3. Programação da VIII
1399 Conferência Nacional de Assistência Social, retorno dos convites aos expositores, 10.4.
1400 programação cultural, apresentação da proposta final, 10.5. retorno das inscrições para uso dos
1401 estandes para uso de estados, DF e outros, informes gerais, comitê de comunicação, editorial,
1402 comitê de acessibilidade, tramitação. 10.7. deliberações da plenária de novembro. Convidados para
1403 reunião do dia 25: Valdete Martins, Maria Lanzete, Quênia Augusta, Ronaldo Sena e assessoria de
1404 comunicação do CNAS. Carlos Ferrari, Presidente do CNAS e coordenador da Comissão
1405 Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social". O Presidente sugeriu fazer a
1406 leitura dos anexos e deixar o regimento como algo à parte, com a Sra. Valdete procedendo à
1407 apresentação do 1º ponto e o anexo referente, discorrendo sobre os quadros apresentando o material
1408 que havia ido aos estados para preenchimento. Esclareceu que a preocupação da relatoria havia sido
1409 de trazer um pouco do resultado, com essas informações sendo importantes para o Conselho. O
1410 Conselheiro José da Crus informou que muitas conferências haviam sido realizadas sem as
1411 informações correspondentes, o que era muito ruim para o resultado final, com a Sra. Valdete
1412 informando como o sistema havia ficado aberto para que os estados enviassem seus dados. A
1413 Conselheira Simone parabenizou pelo material, sugerindo que o DF saísse das observações, por não
1414 ter municípios para informar; e, que toda vez que o CNAS encomendava avaliação que colocasse

1415 nome de estados, nunca havia sido uma boa alternativa ao CNAS, sugerindo que fosse colocado o
1416 percentual de cada resposta, ao invés de nomes de estados ou de pessoas. A Sra. Valdete esclareceu
1417 que esse documento visava mais trazer ao Conselho um balanço do que haviam sido as conferências,
1418 com o Conselheiro Pasquini complementando que mais de 10%, não haviam respondido, indagando o
1419 motivo desse resultado. A Sra. Valdete falou sobre as dificuldades existentes nos estados, mas que
1420 futuramente, próxima conferência avançariam na metodologia utilizada. Prosseguindo, falou sobre as
1421 propostas deliberadas pelos estados, estando no processo de consolidação das mesmas para fechar o
1422 caderno e entregar para impressão. O Presidente, observando não ter confirmação de alguns
1423 segmentos, propôs que os mesmos se organizassem e passassem essa informação., com algumas
1424 indicações. Item 4, programação, indicando ter alguns encaminhamentos, observando que o show do
1425 Pereira da Viola deveria ser colocado antes da fala magna. Com relação ao item no 4.2, Manifesto e
1426 Roteiro, o Conselheiro Renato de Paula da programação, indicando que o ato político constava
1427 apenas nominado, com esse roteiro sendo para conhecimento dos Conselheiros. *“Boas vindas, o ato*
1428 *presidido pelo Presidente do conselho... leitura do manifesto em defesa dos direitos*
1429 *socioassistenciais. Leremos em sequência o manifesto, ele versa sobre os 18 anos da LOAS,*
1430 *aprovação do PL SUAS, a posição do CNAS contrária à criminalização da pobreza, expressa*
1431 *sobretudo em projetos de lei que tramitam nesse sentido. É a reafirmação do Controle Social,*
1432 *destacando a presença dos diversos conselhos nacionais existentes e os presentes no estande dos*
1433 *conselhos. Só uma informação em relação a isso. Quando a comissão discutiu o ato, foram vários*
1434 *assuntos que se pensou, que deveriam ser arrolados no ato, e um dos assuntos foi a manifestação do*
1435 *CNAS quanto ao projeto de lei que exigia contrapartida em trabalho voluntário às pessoas que*
1436 *recebiam o Bolsa Família. O CNAS fez uma manifestação contrária, mas ele achou importante se*
1437 *manifestar em relação a qualquer posição que trate a pobreza de forma a criminalizá-la,*
1438 *responsabilizar os usuários por sua sorte nessas situações de exclusão. O manifesto versa sobre*
1439 *essas questões. Teríamos a palavra aberta aos convidados, Ministros e Ex-Ministros que tiveram*
1440 *uma atuação relevante na construção do SUAS, também parlamentares que tem atuado em defesa do*
1441 *SUAS e do Controle Social. Aqui são nominados alguns, sem prejuízo de outros que possam ser*
1442 *convidados: Raimundo Gomes de Matos, ex-Presidente da frente parlamentar em defesa da*
1443 *assistência social, na Câmara dos Deputados, Eduardo Barbosa, relator do projeto de lei que deu*
1444 *origem ao PL 12345, Flecha Ribeiro, relator do PL, André Quintão, Presidente da frente*
1445 *parlamentar em defesa da assistência social em minas, Iulo Oiticica, deputado da assembleia*
1446 *legislativa da Bahia, que tem tido atuação relevante em defesa da assistência social, essas*
1447 *informações a comissão não tinha. Ricardo Camargo, sim... não deu tempo. Vereador em*
1448 *Florianópolis, responsável pela lei municipal que vincula recursos para a assistência social no*
1449 *município. Depois, lideranças da Sociedade Civil que tem atuado em defesa dos direitos humanos,*
1450 *sociais e socioassistenciais, lideranças dos trabalhadores do fórum nacional de assistência social,*
1451 *dos usuários, pesquisadores e estudiosos. Depois menção honrosa do CNAS, a Ministros que tiveram*
1452 *atuação relevante na construção do SUAS: Benedita da Silva, Patrus Ananias, Márcia Lopes e*
1453 *Teresa Campelo. Será feita menção honrosa à Márcia Biondi Pinheiro em nome do movimento da*
1454 *assistência social, protagonista da LOAS e na sequência lançamento de publicações. Bom, o*
1455 *manifesto, minuta, está submetida à apreciação dos senhores: manifesto do CNAS, consolidar o*
1456 *SUAS com valorização dos trabalhadores na VIII Conferência Nacional de Assistência Social. O*
1457 *CNAS vem manifestar-se publicamente, durante a VIII Conferência Nacional de Assistência Social*
1458 *acerca das recentes conquistas da política pública de assistência social e os desafios para sua*
1459 *consolidação nos marcos dos direitos humanos na sociedade. Deste modo congratula-se, juntamente*
1460 *com toda a sociedade, nos 18 anos da promulgação da LOAS, lei esta que não apenas ratifica o*

1461 *dispositivo constitucional que consigna a assistência social ao campo das políticas de seguridade*
1462 *social como a torna direito do cidadão e dever do estado. Resultado de um conjunto de esforços dos*
1463 *mais variados setores da sociedade brasileira, na busca da democratização do estado, na busca de*
1464 *direitos, possibilitado pelas políticas públicas, as lutas que se travaram desde a aprovação da LOAS*
1465 *possibilitaram que outra conquista recente também nos seja motivo de regozijo: a aprovação da lei*
1466 *12435 de julho de 2011, conhecida como lei do SUAS, que determina a incorporação na LOAS do*
1467 *acumulo adquirido nessa importante política pública desde a instituição do SUAS. Antecedidas pelas*
1468 *resoluções CNAS 145 que aprova a política de assistência social e 130 de julho de 2005 que aprova*
1469 *a NOB SUAS, todos os atos normativos sustentam o SUAS, sistema que materializa os conteúdos da*
1470 *LOAS. Agora uma nova fase se inicia, marcada por duplo desafio. De um lado consolidar o SUAS,*
1471 *aperfeiçoando os mecanismos de sua gestão, seu financiamento e Controle Social, de outro*
1472 *aprofundar a difusão das matrizes do direito sócio assistencial, em contraposição a paradigmas*
1473 *assistencialistas, clientelistas e conservadores que insistem em estigmatizar a população usuária da*
1474 *política pública, conformando-lhe identidade subalterna responsabilizando, criminalizando e*
1475 *culpabilizando a população em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal. Para cumprir*
1476 *com este desafio, o CNAS, neste manifesto repudia iniciativas populares e legislativas, executivas ou*
1477 *judiciais que dificultam o acesso aos direitos socioassistenciais por meio de medidas fundadas na*
1478 *meritocracia seletiva que entendem que o sujeito da ação pública social é responsável pela situação*
1479 *de vulnerabilidade e risco que se encontra, isentando de responsabilidade a dinâmica perversa da*
1480 *exclusão social, estruturalmente posta nas sociedades de mercado, nos princípios da mercantilização*
1481 *da vida. Deste modo afirmamos nossa compreensão que entende o Controle Social como mecanismo*
1482 *essencial para superar a exclusão social e aos direitos, tendo em vista seu papel de zelar pela*
1483 *consecução dos ideias republicanos e democráticos que devem guiar os estados nacionais e suas*
1484 *políticas públicas. Conclamamos a todos que compartilham desses ideias a somar esforços, para que*
1485 *juntos possamos construir um Brasil mais justo e igualitário para todos, em especial para aqueles*
1486 *que não podem usufruir os resultados da riqueza coletiva e socialmente produzida. Conselho*
1487 *Nacional de Assistência Social, gestão 2010-2012”.* O Presidente informou que a empresa Win havia
1488 sido escolhida para realizar a Conferência. A Conselheira Simone, com relação ao ato político,
1489 sugeriu que todos os parlamentares que haviam passado pelo CNAS deveriam ser convidados, assim
1490 como CONGEMAS e FONSEAS, destacando a importância que haviam tido na aprovação do PL
1491 SUAS. Sugeriu, no item 4, menção honrosa, separar a Ministra Teresa Campelo dos outros ex-
1492 ministros. Indagou se o ato político estava no plano de comunicação, o que era muito importante,
1493 com o manifesto tendo de ser publicado em nome do CNAS. Sugeriu que na semana que antecedia a
1494 conferência solicitar que alguns deputados e senadores escrevessem artigos para a assessoria de
1495 comunicação publicar, dando visibilidade à LOAS e suas conquistas. Indagou quando seria o
1496 lançamento das publicações que seriam lançadas na VIII Conferência. O Presidente informou que
1497 faria esses questionamentos à Comissão Organizadora., com a Conferência estando no plano de
1498 comunicação, com os Conselheiros José da Crus e José Araújo sendo seus interlocutores com a
1499 ASCOM. Com relação aos parlamentares, colocariam alguns e na Plenária veriam a estratégia, sendo
1500 pertinente que todos fossem convidados, informando, também, que as publicações estavam inclusas,
1501 sendo o momento para dar visibilidade ao que era produzido. O Conselheiro José da Crus
1502 complementou que o ato ainda não estava no plano, mas que seria incluído no mesmo, acatando todas
1503 as orientações e indicações do Pleno. Esclareceu que até o momento a única solicitação de
1504 lançamento de livros na Conferência era a pesquisa produzida pela professora Raquel Raichelis e
1505 outras, o livro da professora Ana Paula Mota e o Presidente Carlos Ferrari e o Vice-Presidente
1506 fazendo lançamentos, com a sugestão de outras publicações para serem encaminhadas. O Conselheiro

1507 Clodoaldo questionou o parágrafo 3º, que se referia à aprovação da lei 12435, de julho, e que tornava
1508 o sistema garantido, podendo ser melhorada a sua redação. Observou que a Conselheira Simone, com
1509 relação às lideranças da Sociedade Civil que atuavam na defesa, havia citado o CONGEMAS e
1510 FONSEAS e cuja fala deveria ser garantida, mas não no campo da Sociedade Civil, indicando,
1511 também, com relação à menção honrosa do CNAS, outros ex-presidentes, como a Sra. Valdete, com
1512 essa proposta sendo acatada. A Conselheira Eutália, juntamente com a Comissão Organizadora, havia
1513 incluído o Senador Flecha Ribeiro, nas autoridades parlamentares, com o Presidente observando que
1514 colocariam todos os parlamentares. Prosseguindo, a Conselheira Eutália indicou, não para menção
1515 honrosa, mas que pudesse aparecer o rol de secretários de Assistência Social, com o Conselheiro José
1516 da Cruz questionando se não seria interessante nomear os presidentes do CNAS que seriam
1517 homenageados. O Conselheiro Renato de Paula sugeriu usar o mesmo critério, do SUAS da
1518 aprovação da política, com a Conselheira Simone sugerindo que a questão fosse discutida na
1519 Comissão Organizadora. O Presidente questionou se os ex-presidentes que estiveram envolvidos em
1520 questões juridicamente não acabadas seriam homenageados, o que poderia ser tratado pela Comissão
1521 Organizadora. Item 5. Informe de metodologia, esclarecendo ser relativo aos patrocinadores. Item 7.
1522 Oficinas. Informou o retorno dos convites em anexo, esclarecendo que no dia seguinte haveria
1523 reunião da Comissão Organizadora, questionando se o Pleno se sentia tranquilo para que a Comissão
1524 Organizadora conduzisse as eventuais substituições por cancelamentos, tendo relato para acompanhar
1525 o assunto. Observou que como teriam reunião no dia seguinte, o quadro mudaria, indagando se o
1526 Pleno queria discutir ou esperariam essa reunião. O Conselheiro Pasquini concordou com essa
1527 sugestão, observando que para a coordenação deveriam colocar alguém do CNAS ou MDS, com o
1528 Presidente indicando serem todos do CNAS, inclusive os conselheiros que estavam chegando eram
1529 devidamente designados. Item 8. Estandes. Informou o retorno de inscrições, com o Paraná sendo o
1530 único que não participaria. Falando sobre a viabilização da questão. Item. Informes gerais. Caderno
1531 de textos, com o Comitê de Acessibilidade, sendo importante que a Plenária se manifestasse, tendo
1532 dados significativos. A Conselheira Simone indagou a quem a carta ao GDF havia sido enviada e a
1533 quem deveriam procurar, com o Conselheiro Renato de Paula esclarecendo ter sido designada uma
1534 servidora do GDF, Sra. Madalena Sofia, chefe de gabinete da Secretária Arlete Sampaio. Item 10.
1535 Proposta de pauta para o dia seguinte. O Presidente observou que os Conselheiros haviam recebido as
1536 atividades de cada um nos espaços escolhidos, informando que poderiam fazer as alterações
1537 necessárias. A seguir, o Presidente passou ao Regimento e o rito que precedia a sua apresentação. O
1538 Conselheiro Wagner informando ter que se retirar, agradeceu o convite para coordenar a Oficina 11,
1539 o desafio da transversalidade na Assistência Social. O Presidente solicitou ao Conselheiro Clodoaldo
1540 que procedesse à leitura do relato “*VIII Conferência Nacional de Assistência Social, avançando na
1541 consolidação do SUAS, na valorização dos trabalhadores na qualificação da gestão, serviços,
1542 benefícios, programas e projetos. Regimento interno da VIII Conferência Nacional de Assistência
1543 Social. Define as regras de funcionamento da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, de 7
1544 a 10 de dezembro de 2011, no centro de convenções Ulysses Guimarães. Capítulo 1, dos objetivos. A
1545 VIII Conferência Nacional de Assistência Social constitui-se como instância máxima de participação
1546 da Sociedade Civil e do governo e tem como objetivo geral avaliar, propor e deliberar as diretrizes
1547 para aperfeiçoamento do SUAS na perspectiva da participação e Controle Social. Seção 1, do
1548 temário. Art. 3º A VIII Conferência Nacional tem como tema “Avanços na Consolidação do Sistema
1549 Único de Assistência Social – SUAS, com a Valorização dos Trabalhadores e a Qualificação da
1550 Gestão dos Serviços, Programas e Projetos”. Capítulo 2, dos participantes. Artigo 4º: São
1551 participantes da VIII Conferência Nacional: I - delegados, devidamente credenciados, com direito a
1552 voz e a voto, em número de 1.420; II - convidados do CNAS com direito a voz, em número de 280; III*

1553 - observadores com direito a voz, em número de 200; IV - colaboradores com direito a voz
1554 conferencistas, relatores, expositores de oficinas, expositores de estandes, grupo de mobilização,
1555 equipe de apoio e outros. Seção 1, do credenciamento. Destaque onde? Um? Inciso 4º do artigo 4º.
1556 Do credenciamento, artigo 5º, os delegados (as) titulares, representantes das esferas municipal,
1557 estadual e distrital devidamente credenciados no sistema online, pelos conselhos estaduais e do DF
1558 receberão crachá de identificação dia 7 de dezembro, no horário de 12 às 17 horas e no dia 8 de
1559 dezembro, das 8 às 14 horas no balcão de credenciamento do centro de convenções, em Brasília. Os
1560 delegados que não foram credenciados no sistema online pelos conselhos poderão fazê-lo no balcão
1561 de credenciamento no centro de convenções, em Brasília, mediante apresentação de documento
1562 assinado pelo Presidente da conferência estadual ou do DF, ou pelos responsáveis da delegação.
1563 Parágrafo 2º, Na ausência de delegados titulares, os respectivos suplentes serão credenciados
1564 mediante apresentação de documento, devidamente assinado pelo Presidente da conferência
1565 estadual ou DF, ou pelos coordenadores da delegação, observando a deliberação da plenária da
1566 conferência ou do DF, a ser apresentado até o dia 8 de dezembro, no horário de 8 às 14 na sala de
1567 soluções da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Destaque. Seis. Os delegados natos,
1568 representantes da esfera nacional, convidados, observadores e demais participantes, devidamente
1569 credenciados no sistema online receberão o crachá de identificação no dia 7 de dezembro, no
1570 horário de 12 às 17 horas e no dia 8 de dezembro, de 8 às 14, no balcão de credenciamento do
1571 centro de convenções. Da organização. Art. 9 A VIII Conferência Nacional terá como Presidente o
1572 Presidente do CNAS e, como Presidente de Honra, a Ministra de Estado do Desenvolvimento Social
1573 e Combate à Fome. Parágrafo único: Na ausência do Presidente, o Vice-Presidente do CNAS
1574 assumirá a Presidência Art. 10. Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a VIII
1575 Conferência Nacional conta com a Comissão Organizadora, constituída por meio da Resolução
1576 CNAS nº 40, de 21 de dezembro de 2010, com a seguinte composição: I - coordenadores: Presidente
1577 do CNAS Carlos Eduardo Ferrari, e Vice-Presidente Renato Francisco dos Santos Paula; II -
1578 representantes Governamentais: Marisa Rodrigues da Silva, José Ferreira da Cruz e Célia Mota de
1579 Carvalho; III - representantes da Sociedade Civil: Frederico Jorge de Souza Leite, Renato Saidel
1580 Coelho e José Araújo da Silva. Art.11. A VIII Conferência Nacional de Assistência Social contará
1581 com painéis, mesas temáticas, oficinas, grupos de trabalho e plenária final. Seção 1, do painel de
1582 abertura e mesas temáticas. Art. 12. Os painéis e mesas temáticas, visando subsidiar os grupos de
1583 trabalho, abordarão os seguintes subtemas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social: 1,
1584 estratégias para estruturação da gestão do trabalho do SUAS. 2. Reordenamento e qualificação dos
1585 serviços socioassistenciais. 3. Fortalecimento da participação e do Controle Social. 4. A
1586 centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil. Art. 13. Após apresentação das
1587 mesas temáticas os participantes da VIII Conferência Nacional de Assistência Social poderão fazer
1588 inscrição para intervenção ou encaminhar perguntas, por escrito, aos conferencistas, respeitando o
1589 tempo previsto para debate na programação. Parágrafo único: cada intervenção deverá ser de, no
1590 máximo, 3 minutos. Seção 2, dos grupos de trabalho. Art. 14. Os trabalhos dos grupos realizar-se-ão
1591 com objetivo de aprofundar a avaliação da consolidação do SUAS e valorização dos trabalhadores,
1592 tendo como base os quatro subtemas constantes nos relatórios consolidados das conferências
1593 estaduais e do DF. Art. 15. Os grupos reunir-se-ão, concomitantemente, em número de 24, conforme
1594 definido na programação, em dois momentos específicos, nos dias 8 e 9 de dezembro, no horário de
1595 14 às 18 horas. Parágrafo único. Os grupos discutirão todos os subtemas e encaminharão propostas
1596 para sistematização a ser realizada pela relatoria da VIII Conferência Nacional de Assistência
1597 Social e apresentada na plenária final para deliberação. Art. 16. Os grupos serão integrados por
1598 delegados, convidados, colaboradores e observadores, previamente distribuídos no momento do

1599 credenciamento, de forma aleatória, definidos em número de 83 participantes em razão da estrutura
1600 física das salas, observada acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
1601 Parágrafo único. Terão direito a voto no grupo os delegados devidamente credenciados na VIII
1602 Conferência Nacional de Assistência Social que estejam de posse do crachá de identificação. Art. 17.
1603 Os grupos apreciarão o conjunto de propostas sistematizadas advindas dos estados e DF, podendo
1604 aprovar integralmente, com alteração de redação, rejeitar e podendo ainda apresentar até 3 novas
1605 propostas por subtema. Art. 18. Serão encaminhadas à plenária final somente: 1. As propostas
1606 sistematizadas de estados e DF que obtiverem aprovação de no mínimo 50% mais um, ou seja, 13
1607 grupos. 2. As novas propostas que obtiverem aprovação de no mínimo 20% dos grupos, ou seja, 5
1608 grupos. Art. 19. Cada grupo terá um coordenador e um relator. Parágrafo 1º, os coordenadores
1609 serão eleitos dentre os presentes no grupo e terão como atribuições: 1. Coordenar os debates,
1610 assegurando o uso da palavra a todos os participantes. 2. Controlar o uso da fala pela ordem de
1611 inscrição. 3. Assegurar que as propostas sejam encaminhadas de acordo com deliberação do grupo.
1612 4. Cronometrar tempo de intervenção de cada participante, respeitando 3 minutos para cada. 5,
1613 contar votos de cada proposta. Parágrafo 2º. Os relatores serão previamente indicados pela
1614 relatoria, terão como atribuições: 1. Abrir os trabalhos e encaminhar eleição ao coordenador. 2,
1615 registrar conclusões do grupo em sistema próprio, 3, apresentar sistematização à coordenação de
1616 relatoria da VIII Conferência Nacional de Assistência Social e contribuir para a organização das
1617 propostas para deliberação da plenária final e inserção no relatório final. Artigo 20, a
1618 sistematização dos grupos deverá ser entregue à equipe de relatoria até 20 horas dos dias 8 e 9 de
1619 dezembro. Seção 3, das oficinas. Art. 21. A VIII Conferência Nacional de Assistência Social contará
1620 com 24 oficinas, com objetivo de socializar concepções, aprofundar conteúdos e experiências no
1621 campo da política de assistência social. Parágrafo 1º as oficinas acontecerão simultaneamente no
1622 dia 8 de dezembro, das 20 às 22 horas. Parágrafo 2º, as inscrições para oficinas serão realizadas no
1623 dia 8 de dezembro, de 8 às 15 horas, no balcão de credenciamento, no centro de convenções.
1624 Parágrafo 3º. As oficinas possuem numero limitado de 83 participantes, em função da estrutura
1625 física e serão preenchidas por ordem de inscrição. Capítulo 4, da plenária final. Art. 22. A plenária
1626 final da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, constituída de delegados, convidados,
1627 observadores e colaboradores, tem caráter deliberativo, com atribuições de discutir, modificar,
1628 aprovar ou rejeitar propostas consolidadas nos grupos de trabalho, bem como as moções. Parágrafo
1629 único. Apenas terão direito a voto os delegados devidamente credenciados na VIII Conferência
1630 Nacional de Assistência Social que estejam de posse do crachá de identificação. Aos demais
1631 participantes será garantido direito a voz. Art. 23. É vedada a apresentação de propostas novas na
1632 plenária final. Art. 24. A plenária final deliberara sobre: 1. Propostas aprovadas por subtemas nos
1633 grupos, conforme artigo 18 deste regimento; 2. As moções. Art. 25. O processo de apreciação e
1634 aprovação do relatório final dar-se-á da seguinte forma: 1. Leitura das propostas oriundas das
1635 conferências de estados e DF, com características de princípios, diretrizes e objetivos da política de
1636 assistência social, que foram sistematizadas como tal para o referendo; 2. A leitura do relatório
1637 consolidado das propostas dos grupos de trabalho. 3. Apresentação dos destaques solicitados. 4.
1638 Apresentação de uma defesa à favor e uma contrária, quando for o caso, obedecendo ao tempo
1639 máximo de 3 minutos. 5. Esclarecidas as propostas, essas serão submetidas à votação pela plenária
1640 final. 6. Serão aprovadas as propostas que obtiverem a maioria simples dos votos dos delegados
1641 presentes, identificados por contraste e recorrendo-se à contagem, em caso de dúvida. 7. Propostas
1642 não destacadas serão votadas em bloco. Art. 26. As moções deverão ser apresentadas à coordenação
1643 da relatoria, no formulário próprio, retirado no balcão de credenciamento até 19 horas do dia 9 de
1644 dezembro, com assinatura de no mínimo 10% dos delegados, de que tratam os artigos 5º e 6º deste

1645 *regimento, de forma a permitir o processo de apreciação e votação pela plenária final. Parágrafo 1º.*
1646 *A Comissão Organizadora apresentará no dia 9 do 12, no início dos trabalho, o numero de*
1647 *delegados credenciados. Parágrafo 2º. AS moções serão apreciadas pela plenária final logo após*
1648 *aprovação do relatório das propostas oriundas dos grupos. Art. 27. A plenária final contará com*
1649 *uma mesa de apoio que auxiliará a coordenação dos trabalhos. Art. 28. Instalado o processo de*
1650 *votação, é vedado o levantamento de questão de qualquer natureza. Capítulo cinco, das disposições*
1651 *gerais. Art. 29. Será apresentado pela Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de*
1652 *Assistência Social, até as 9 horas do dia 10 de dezembro o numero de delegados aptos a votar e o*
1653 *numero de convidados e observadores presentes. Art. 30. As deliberações aprovadas na VIII*
1654 *Conferência Nacional de Assistência Social serão publicadas no Diário Oficial da União pelo*
1655 *CNAS, no prazo de 90 dias, a contar de seu encerramento e disponibilizadas na página eletrônica do*
1656 *CNAS. Art. 321. Assegura-se à plenária o questionamento, pela ordem, à coordenação da mesa,*
1657 *para restabelecer os trabalhos ou no caso em que este regimento não esteja cumprido. Art. 32. Os*
1658 *casos omissos serão apreciados pela Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de*
1659 *Assistência Social e submetidos à aprovação da plenária”. O Conselheiro Renato de Paula passou à*
1660 *leitura do rito de apresentação: “Rito para aprovação do regimento interno. Regras: a, leitura da*
1661 *proposta apresentada pela Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência*
1662 *Social, b, durante a leitura, os participantes, para solicitarem destaque devem levantar o crachá e*
1663 *dirigir-se à mesa de apoio. C, os artigos não destacados serão considerados aprovados pela*
1664 *plenária. D, os artigos poderão ser destacados para: 1. Esclarecimento, 2. Apresentação de*
1665 *proposta para supressão parcial ou total, 3. Apresentação de proposta de alteração e 4.*
1666 *Apresentação de proposta de inclusão. E, a cada ponto destacado serão apresentados uma proposta*
1667 *à favor e uma contrária, quando for o caso, obedecendo ao tempo máximo de 3 minutos para cada.*
1668 *G, esclarecidas as propostas, serão submetidas à votação pela plenária final. H, serão aprovadas*
1669 *propostas com maioria simples dos votos dos delegados presentes, identificados por contraste e*
1670 *contados em caso de dúvida. No processo de aprovação do regimento votarão os delegados em posse*
1671 *do crachá de identificação. Aos demais é garantido o direito à voz”. A Conselheira Simone destacou*
1672 *o inciso 4º, artigo 4º, indicou os participantes da Conferência, delegados, convidados, observadores e*
1673 *colaboradores com direito à voz, indagando se seria preciso colocar no regimento, sugerindo retirar*
1674 *esse ponto. O Presidente indagou se o Pleno concordava, com a Sra. Valdete concordando com essa*
1675 *sugestão. O Conselheiro José da Crus sugeriu unir os artigos 5º e 6º, sendo aceita essa sugestão, com*
1676 *a Sra. Valdete juntando delegados natos e nacionais e convidados permanecendo no artigo 6º, com*
1677 *observadores. O Presidente indicando o parágrafo 1º do artigo 5º, e sugerindo retirar o termo*
1678 *credenciado e colocar inscrito, o que foi acatado. A Conselheira Simone indicou que estava escrito*
1679 *que na ausência de delegados titulares, os suplentes seriam credenciados., diante de apresentação de*
1680 *documento assinado pelo Presidente da Conferência, sugerindo colocar Presidente do Conselho, com*
1681 *o Presidente propondo colocar apenas Conselho. Artigo 10, sendo suprimido. Artigo 16. Pessoa com*
1682 *deficiência, mobilidade reduzida e obesos, ressaltando a preocupação com o termo obesos, o*
1683 *Conselheiro Clodoaldo sugeriu: estrutura física das salas, observada a acessibilidade das pessoas.*
1684 *Item 17. A Conselheira Simone indagou se todos os grupos discutiriam todas as propostas, com a Sra.*
1685 *Valdete informando positivamente, Prosseguindo, a Conselheira Simone indagou se todos os*
1686 *subtemas tinham o mesmo número de propostas, alertando se ficaria o mesmo número de horas para*
1687 *discutir propostas, com algum subitem tendo um número maior para discussão, com esse tempo*
1688 *precisando ser determinado conforme o número de propostas. A Sra. Valdete esclareceu como se*
1689 *daria essa discussão e aprovação ou rejeição das propostas pelos grupos, podendo apresentar até 3*
1690 *novas propostas, o que havia sido discutido na Comissão Organizadora. O Presidente ressaltou que*

1691 essa discussão havia sido feita na Comissão Organizadora, não com viés matemático, mas político,
1692 com a conselheira Simone alertando para esse problema e devendo se ter cuidado para que a
1693 Conferência não terminasse ou esvaziasse, sugerindo fazer nova discussão do Regimento pela
1694 Comissão Organizadora. A Conselheira Socorro destacou que estavam colocando três novas
1695 propostas por subtema, sendo 4 subtemas, com essa discussão sendo relevante. A Conselheira
1696 manifestou a favor de ter 3 novas propostas. O Conselheiro Renato de Paula observou com relação
1697 aos 50% mais um, mas diante do novo encaminhamento a Comissão teria de refazer algumas contas.
1698 Artigo 18. A Conselheira Simon manifestou-se contemplada com a discussão já ocorrida. O
1699 Presidente indicou o parágrafo 3º, artigo 21, com a Sra. Valdete informando ser atualização para 25.
1700 A Conselheira Simone sugeriu fosse colocado por ordem de inscrição ou de chegada na oficina, com
1701 a Sra. Valdete indicando que o sistema indicado havia sido utilizado na Conferência passada, mas
1702 que poderiam debater na Comissão a proposta da Conselheira Simone. A conselheira Simone retirou
1703 sua proposta, sugerindo que fossem feitas orientações para coordenação de oficina. A Conselheira
1704 Léa, falando sobre o que estava colocado, sugeriu subir o conteúdo do 26 para depois do 24, sobre o
1705 procedimento de coleta de moções. Alertou que estavam colocando no regimento que o crachá era o
1706 passaporte para intervenção questionando o que seria feito se o perdessem. No artigo 23, a
1707 Conselheira Simone sugeriu retirar o artigo 23 e deixar no 24, a plenária final deliberará sobre as
1708 propostas aprovadas por subtema, o que foi acatado. Artigo 29. O Conselheiro José da Crus indagou
1709 se seria preciso votar nos dias 8 e 9, com confirmação pela Sra. Valdete. O Presidente considerou
1710 aprovado pelo Pleno o Regimento Interno, com missão da Comissão Organizadora de fazer alguns
1711 ajustes de ordem numérica. Item Relato da Comissão de Normas , pelo Conselheiro Carlos
1712 Rogério: “*Memória da reunião da Comissão de Normas, novembro de 2011. Data 22 de novembro*
1713 *de 2011, sala 102, conselheiros titulares presentes: Antônio Celso Pasquini, Carlos Rogério de*
1714 *Carvalho, Fátima Rampin, Samuel Rodrigues, Léa Lúcia Braga. Conselheiros suplentes: Renato*
1715 *Saidel Coelho, Wagner Carneiro de Santana. Ausência justificada: Renato Francisco de Paula, Ana*
1716 *Carolina de Barros Pinheiro. Ausências não justificadas: Isis Leite Ferreira, Gracielly Alves,*
1717 *Carmen Silveira de Oliveira. Convidados: Simone Aparecida Albuquerque, Leila Pizzato. Apoio da*
1718 *Secretaria Executiva do CNAS: Christianne Camargo Menezes, Ariane de Almeida Rodrigues.*
1719 *Verificado o quórum, deu-se início à reunião. 1. Informes da Secretaria Executiva. Por meio da nota*
1720 *184 de 2011 da CONJUR MDS, CGU, AGU, a Consultoria Jurídica do MDS informa que*
1721 *encaminhou ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Consultoria Geral da União a*
1722 *requisição do CNAS para reforma do item 9.6 do Acórdão 2809/2009 do TCU. 1.2. Conforme*
1723 *deliberação da plenária na reunião ordinária de outubro, foi encaminhada consulta à*
1724 *CONJUR/MDS sobre o questionamento apresentado por e-mail referente à possibilidade de*
1725 *estrangeiros serem conselheiros. Aguarda-se resposta. 2. Regulamentar os procedimentos aplicáveis*
1726 *aos recursos das decisões dos Conselhos Estaduais de Assistência Social apresentados ao CNAS*
1727 *quando a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como serviços,*
1728 *benefícios, programas e projetos socioassistenciais. A plenária aprovou retirada da minuta de*
1729 *resolução apresentada na reunião ordinária de outubro para que a comissão de normas rediscutisse*
1730 *e elaborasse proposta mas enxuta, simplificando os procedimentos. A conselheira Célia Mota, do*
1731 *FONSEAS, foi convidada para ser a interlocutora dos estados durante o debate, mas justificou a*
1732 *impossibilidade de comparecimento. Após a aprovação da resolução, deverão ser elaboradas*
1733 *orientações aos conselhos estaduais sobre como criar a resolução com os procedimentos referentes*
1734 *aos recursos das decisões do conselho municipal. Encaminhamentos: 2.1. Submeter à plenária a*
1735 *minuta de resolução em anexo. Anexo 1. 2.2. Pautar na Comissão de Normas a elaboração de*
1736 *orientações aos conselhos estaduais sobre como criar resolução com procedimentos referentes aos*

1737 recursos das decisões do conselho municipal. 3. Elaborar minuta de resolução que apresente as
1738 razões e argumentos pelos quais as entidades que atuam na área de saúde e ou educação ou em
1739 outras áreas e que possuem serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais inscritos
1740 nos conselhos de assistência social, podem integrar a composição dos conselhos. Durante reunião
1741 ordinária de outubro a plenária deliberou que os conselheiros Renato Saidel e Ana Carolina
1742 Pinheiro Carrenho deveriam elaborar proposta de resolução tratando da interpretação abrangente
1743 do tema e de seu embasamento jurídico, para discussão durante a reunião da Comissão de Normas.
1744 A proposta foi apresentada pelo Conselheiro Renato Saidel e debatida pela comissão. Também foi
1745 deliberada a necessidade de revisar a Resolução 237 de 2006, no que se refere à composição dos
1746 conselhos. Encaminhamentos: 3.1. Submeter à plenária a minuta de resolução em anexo, anexo 2.
1747 3.2. Pautar a discussão sobre definição do que é atuação preponderante na assistência social para
1748 inclusão da questão do documento perguntas e respostas sobre a Resolução 237 no que se refere à
1749 composição de conselhos e outros assuntos. 4. Debater a seguinte questão para incorporá-la ao
1750 documento perguntas e respostas, referentes ao funcionamento e atuação dos conselhos: um servidor
1751 público pode ser conselheiro representante da sociedade civil? Sugestão de resposta: não há
1752 impedimento para que um servidor público represente a Sociedade Civil, porem deve-se considerar a
1753 posição que esse ocupa na gestão pública. Assim, orienta-se que servidores públicos que esteja
1754 exercendo um cargo de confiança representem no conselho exclusivamente o segmento governo, ou
1755 seja, não represente a Sociedade Civil. Encaminhamentos: 4.1. resposta proposta: sim, desde que
1756 represente exclusivamente o segmento dos trabalhadores, como representante da organização
1757 representativa de trabalhadores, eleito por sua categoria, conforme Resolução 23 de 16 de fevereiro
1758 de 2006, que regulamenta entendimento acerca de trabalhadores do setor. 4.2. Pautar, com
1759 prioridade, a revisão da Resolução 237 no que refere à categoria de representação dos servidores
1760 públicos na composição dos conselhos, art. 7º, e outros assuntos. Pauta para as próximas reuniões.
1761 1. Apresentar orientações conjuntas do CNAS e do DRSP sobre a inscrição e a certificação. Debater
1762 o documento apresentado pelo DRSP, que deverá incluir um esclarecimento destacando que as
1763 inscrições são válidas por tempo indeterminado, ainda que, antes da publicação da Resolução 16 de
1764 2010, elas tenham sido emitidas com prazo de validade, conforme encaminhamento da reunião de
1765 julho, aprovado pela plenária. Durante a reunião de julho também foram levantadas algumas
1766 questões para implementação da Resolução 16, que não estão claras: o que será exigido das
1767 entidades no plano de adequação, até 2013? A diretora da DRSP que seja pactuada adequação para
1768 implementação gradual das exigências, como infraestrutura, alvará de funcionamento, normas da
1769 ABNT e recursos humanos e que agora seja exigido apenas o cumprimento das metas de atendimento
1770 com caráter continuado e planejado, universal, gratuito e seu pertencimento à política de assistência
1771 social. As entidades que ofertam serviços de restaurantes comunitários poderão se inscrever? O
1772 CONSEA deverá ser convidado para o debate. As entidades que prestam serviços contratadas por
1773 prefeituras, cogestão, poderão se inscrever? 2. Revisar as resoluções do CNAS que devem ser
1774 alteradas em função da lei 12.435 de 2011. Durante a reunião ordinária de setembro, a plenária
1775 aprovou o encaminhamento da Comissão de Acompanhamento aos conselhos para que a Comissão
1776 de Normas revise a Resolução 212 de 2006, que dispõe sobre critérios orientadores para a
1777 regulamentação da provisão de benefícios eventuais na política pública de assistência social. 3.
1778 Retomar discussão sobre como viabilizar a participação do usuário na política de assistência social.
1779 Conforme deliberação da plenária, na reunião ordinária de agosto, deverão ser escolhidos dois
1780 conselheiros para extrair os principais apontamentos da reunião conjunta das comissões de normas
1781 e de acompanhamento aos conselhos, que contou com a presença do professor Edival Bernardino,
1782 para subsidiar os demais debates. A gravação já foi encaminhada aos integrantes da Comissão de

1783 Normas, mas resta definir dois conselheiros da comissão para cumprimento da deliberação. 4.
1784 Esclarecer dúvidas apresentadas por e-mail, sobre: 8.1. a possibilidade de participação de
1785 adolescentes na composição dos conselhos de assistência social. O CONANDA encaminhou resposta
1786 ao CNAS informando que a participação de adolescentes no conselho está sendo debatida pela
1787 comissão de reforma política do CONANDA. O conselho municipal de assistência social de Viamão-
1788 RS, enviou ao CNAS relato detalhado acerca da iniciativa do conselheiro aprendiz, que abriu espaço
1789 para participação ativa de adolescentes (a partir de 16 anos de idade) naquele conselho. A comissão
1790 ainda aguarda resposta da consulta ao CONJUBE sobre a existência de instrumentos normativos
1791 que tratem da participação de adolescentes. 8.2. A possibilidade de criação de uma resolução, pelo
1792 conselho municipal, para que todas as entidades tenham no quadro de funcionários uma assistência
1793 social. 5. Elaborar minuta de resolução que estabeleça parâmetros nacionais para a garantia da
1794 acessibilidade, inclusive a produção de materiais de comunicação em formato acessível. Antônio
1795 Celso Pasquini, coordenador da comissão. Minuta, anexo 1? Pode? Direto e reto? Anexo 1, minuta
1796 de resolução, resolução tal de tal de novembro de 2011. Regulamenta os procedimentos aplicáveis
1797 aos recursos das decisões do Conselho de Assistência Social do DF e dos Conselhos Estaduais de
1798 Assistência Social apresentados ao CNAS. O CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 22 a 24
1799 de novembro de 2011, no uso das competências que lhe são conferidas pelo art. 9º, parágrafo 4º e
1800 art. 18, da lei 8742 de dezembro de 1993, LOAS e considerando a resolução CNAS 16 de 5 de maio
1801 de 2010, publicada na seção 1 do Diário Oficial da União de 19 de maio de 2010, resolve: artigo 1º,
1802 regulamentar os procedimentos aplicáveis aos recursos das decisões do Conselho de Assistência
1803 Social do Distrito Federal e Conselhos Estaduais de Assistência Social apresentados a este Conselho
1804 Nacional, CNAS, quanto à inscrição das entidades e organizações de Assistência Social, bem como
1805 serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais. Artigo 2º, pedido de recurso deverá
1806 conter: 1. Requerimento com relato da motivação de interposição de recurso, assinado pelo
1807 representante legal da entidade. 2. Cópia de todos os documentos referentes ao pedido de inscrição
1808 no Conselho Municipal de Assistência Social ou no Conselho de Assistência Social do Distrito
1809 Federal e dos documentos referentes ao recurso protocolado no Conselho Estadual de Assistência
1810 Social, acompanhados da decisão recorrida. 3. Identificação da entidade: cópia do comprovante de
1811 inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas, CNPJ, endereço, número de telefone, endereço
1812 eletrônico, cópia do documento de identidade do representante legal da entidade. 4. Cópia do
1813 estatuto social registrado em cartório. 5. Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria,
1814 registrada em cartório. Artigo 3º, o recurso deverá ser dirigido ao CNAS e endereçado ao protocolo
1815 geral do MDS, localizado na Esplanada dos Ministérios, bloco A, Sala t-40, cep 70.046-900, para
1816 protocolização e formalização do processo. Parágrafo único. Após o protocolo do pedido, a entidade
1817 recorrente não poderá juntar novos documentos. Artigo 4º, os pedidos de recurso protocolados fora
1818 do prazo de 30 dias estipulado no parágrafo 6º do artigo 6º da Resolução 16 de 2010 serão
1819 arquivados por despacho fundamentado, assinado pelo Presidente. Parágrafo 1º, considera-se como
1820 data de protocolo a data de postagem de protocolização física do recurso, de acordo com o caput.
1821 Parágrafo 2º, os recursos arquivados e o nome das respectivas entidades recorrentes serão
1822 comunicados durante a reunião plenária, antes da realização da indicação de relatoria. Parágrafo
1823 3º, as entidades serão comunicadas do arquivamento nos termos do caput. Artigo 5º, a designação
1824 será de um conselheiro para relatoria de cada processo e será por meio de sorteio realizado em
1825 reunião plenária. Parágrafo 1º, somente os nomes dos conselheiros titulares farão parte do sorteio.
1826 Parágrafo 2º o sorteio será aleatório e os nomes dos sorteados não poderão participar de outros
1827 sorteios até que todos os conselheiros sejam sorteados. Parágrafo 3º, caso seja sorteado para a
1828 relatoria um conselheiro que não esteja presente na reunião, a presidência deverá lhe dar ciência da

1829 atribuição por meio de ofício, acompanhado de cópia dos documentos. Artigo 6º, o recurso será
1830 julgado na reunião plenária seguinte à sua distribuição. Parágrafo 1º. Se o conselheiro relator não
1831 comparecer na reunião seguinte, o julgamento ficará prorrogado para a reunião posterior.
1832 Parágrafo 2º, caso o conselheiro relator não compareça a duas reuniões de julgamento, o recurso
1833 será redistribuído na mesma reunião, excluindo-se do sorteio o nome do antigo relator. Artigo 7º, o
1834 conselheiro relator deverá elaborar breve relato e voto fundamentado, por escrito, para leitura
1835 integral durante a sessão de julgamento. Parágrafo 1º, o relato e o voto deverão ser elaborados com
1836 base na documentação apresentada pela entidade, sendo vedada a fundamentação de sua convicção
1837 em provas não constantes no pedido de recurso. Parágrafo 2º, o relato e o voto elaborados pelo
1838 conselheiro relator deverão ser entregues à Secretaria Executiva, devidamente assinados, antes da
1839 sessão de julgamento, para juntada aos autos. Artigo 8º A votação será feita em plenária e
1840 obedecerá aos procedimentos estabelecidos na subseção cinco da seção um do capítulo um do título
1841 dois do regimento interno, que trata das deliberações. Parágrafo único. A ordem de julgamento dos
1842 recursos obedecerá à ordem do protocolo mais antigo, em qualquer situação. Art. 9º o conselheiro
1843 que possuir vínculo profissional com a entidade recorrente deverá declarar-se impedido e indicar
1844 seu suplente para relatoria ou julgamento do recurso. Artigo 10, após a discussão e votação, o
1845 Presidente assinará despacho com a decisão da plenária do CNAS, que integrará os autos
1846 juntamente com a degravação do julgamento. Parágrafo único. O documento será preparado pelo
1847 gabinete da Secretaria Executiva e conterá nome de entidade, CNPJ, número de processo, teor da
1848 decisão, deferimento ou indeferimento e os motivos da decisão de indeferimento, se for o caso, para
1849 publicação. Artigo 11. Após a publicação da decisão da plenária sobre o recurso, o gabinete da
1850 Secretaria Executiva adotará as seguintes providências: 1. Informar à entidade recorrente o
1851 deferimento ou indeferimento do recurso. 2. Caso o recurso seja indeferido, informar ao Conselho de
1852 Assistência Social do Distrito Federal ou ao respectivo Conselho Estadual de Assistência Social ou
1853 Conselho Municipal e Assistência Social. 3. Caso o recurso seja deferido, determinar ao Conselho
1854 de Assistência Social do Distrito Federal ou respectivo Conselho Municipal de Assistência Social
1855 que inscreva a entidade ou serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais e informar a
1856 decisão ao Conselho Estadual de Assistência Social. Artigo 12. Da decisão do CNAS não caberá
1857 pedido de reconsideração ou recurso administrativo. Artigo 13, o parágrafo 5º do art. 16 da
1858 Resolução 16 de maio de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação: parágrafo 5º. Os recursos
1859 das decisões do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal e do Conselho Estadual de
1860 Assistência Social deverão ser apresentados ao CNAS. Artigo 14, esta resolução entra em vigor na
1861 data de publicação. Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS. O relator pede um copo de água
1862 se possível. Anexo 2, resolução x de novembro de 2011, regulamenta participação de entidades com
1863 atuação em mais de uma área na composição dos conselhos de Assistência Social. O CNAS, em
1864 reunião ordinária nos dias 22 e 24 de novembro de 2011, no uso das competências que lhe são
1865 conferidas pelo artigo 18 da lei 7742 de 7 de dezembro de 1993, LOAS, considerando o disposto na
1866 lei 8742, de 1993, com última alteração dada pela lei 12435 de julho de 2011, considerando o
1867 disposto no decreto 6308 de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações
1868 de Assistência Social, de que trata o artigo 3º da LOAS, considerando o disposto na Resolução
1869 CNAS 145 de 2004, que aprova a política nacional de Assistência Social, considerando o disposto na
1870 Resolução 130 de julho de 2005, que aprova a NOB SUAS, considerando o disposto na Resolução
1871 CNAS 237 de 2006, que estabelece diretrizes para estruturação, reformulação e funcionamento dos
1872 conselhos de Assistência Social, considerando o disposto na Resolução CNAS 109 de 11 de
1873 novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, considerando
1874 o disposto na Resolução CNAS 16 de 5 de maio de 2010, que define parâmetros nacionais para

1875 *inscrição de entidades e organizações de Assistência Social, bem como serviços, benefícios,*
1876 *programas e projetos socioassistenciais nos Conselhos Municipais de Assistência Social e do DF,*
1877 *considerando o disposto na resolução CNAS 27 de 19 de setembro de 2011, que caracteriza as ações*
1878 *de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social, considerando o*
1879 *decalogo dos direitos socioassistenciais e os compromissos éticos socioassistenciais como*
1880 *documentos orientadores da política de Assistência Social, aprovados na 6ª conferência nacional de*
1881 *Assistência Social, considerando a atuação histórica das entidades e organizações de diversas áreas,*
1882 *inclusive na Assistência Social, considerando a intersectorialidade das áreas das políticas públicas,*
1883 *reconhecida na lei 12101 de novembro de 2009 e no decreto 7237 de 20 de julho de 2010,*
1884 *considerando a vinculação à política pública de Assistência Social das entidades que atuam em*
1885 *outras áreas, mas executam serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais, resolve:*
1886 *artigo 1º. As entidades e organizações inscritas nos Conselhos Municipais ou do DF, bem como*
1887 *entidades e organizações que executam serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais*
1888 *inscritos nos mesmos, integram a rede sócio assistencial e tem legitimidade para comporem os*
1889 *Conselhos De Assistência Social, de acordo com seu âmbito de atuação e respeitadas as regras*
1890 *definidas pelos conselhos para seu respectivo pleito eleitoral. Artigo 2º, esta resolução entra em*
1891 *vigor na data de sua publicação. Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS”.* O Presidente em
1892 exercício indicou que o item 1 era um informe, um dos encaminhamentos do item 2 era a própria
1893 minuta de resolução e o 2.2 dependia do 1, passando à discussão da minuta do anexo 1. A
1894 Conselheira Simone discordou do relato, observando que no 1º, inscrição não era certificação, que
1895 estava na LOAS, sendo uma forma de vinculação das entidades ao SUAS e que feria o pacto
1896 federativo, com a Comissão de Normas devendo aprofundar esse assunto. Ponderou que os
1897 Conselheiros tinham de ser respeitados, sendo autônomos e podendo ter resoluções, indagando quem
1898 tiraria o resolve do Conselho Municipal de Assistência Social. ressaltou que se essa fosse a
1899 compreensão da Comissão de Normas, deveriam debater conceitualmente o que era inscrição nos
1900 Conselhos de Assistência Social, não concordando com o modelo apresentado, devendo ser
1901 informatizado, dando condições de criar indicadores, com o CNAS tendo papel de apoio técnico e
1902 financeiro e não tirando poder. Solicitou que essa proposta fosse retirada para ser debatida no Pleno,
1903 conceitualmente, quando houvesse oportunidade. O Presidente em exercício relatou a discussão
1904 acontecida na Comissão de Normas, com a sugestão de se fazer uma nova proposta. Concordava com
1905 a Conselheira Simone, informando não ter participado dessa elaboração, tendo justificado sua
1906 ausência e corroborando com a proposta apresentada e ratificar que a Comissão de Normas fizesse
1907 encaminhamento de debate anterior, antes do rito. A Conselheira Marisa, manifestando sua
1908 preocupação, solicitou vista do CONGEMAS para estudar a questão e trazer elementos constitutivos,
1909 na linha do que a Conselheira Simone estava encaminhando. O Conselheiro Geraldo manifestou seu
1910 desconforto se tivesse de votar uma resolução dessa magnitude e que se constituía em um retrocesso,
1911 retirando a autonomia de estados e municípios e transformando novamente o Conselho em um
1912 cartório. A Conselheira Eli concordou com as palavras da Conselheira Marisa, do CONGEMAS,
1913 visto que a Conselheira Célia não havia levado para discussão no FONSEAS, sentindo-se insegura
1914 para tomar uma decisão representando 27 gestores estaduais. A Conselheira Simone encontrava que o
1915 debate deveria chamar inscrição nos Conselhos de Assistência Social, entre o direito da entidade e o
1916 poder deliberativo dos Conselhos. Sugeriu fazer o debate no Conselho Nacional para depois pensar o
1917 processo de discussão. O Conselheiro Pedro Ost ponderou que era preciso um aprofundamento
1918 maior, não tendo elementos suficientes para tomar uma decisão que era muito importante. Que
1919 deveriam ajudar o Conselho Municipal de Assistência Social a ter elementos e processos, tendo de
1920 protelar e amadurecer no CNAS. A Conselheira Leila, como encaminhamento, endossou a proposta

1921 da Conselheira Simone, com o Conselheiro Carlos Rogério sugerindo a exclusão do item, colocando
1922 para a próxima pauta para debate. O Presidente destacou que a proposta era que o CNAS promovesse
1923 debate sobre a inscrição, pensando na correlação das esferas, dos Conselhos de Assistência Social e
1924 entidades. A Conselheira Marisa. Após algumas colocações, o conselheiro Renato de Paula indicou
1925 que o próximo item, eram os encaminhamentos 3, com minuta no anexo 2 e outros dois
1926 encaminhamentos, tendo que se pautar duas discussões, uma sobre atividade preponderante e outra a
1927 revisão da resolução 233. A Conselheira Maria do Socorro ponderou que isso traria alteração em
1928 relação à LOAS, que definia as entidades que faziam parte do Conselho. Consultou os colegas se
1929 teriam condição de fazer essa discussão, que acarretaria alteração na legislação da política nacional.
1930 O Conselheiro José da Crus, pensando com a Conselheira Leila, queria saber como a Comissão de
1931 Normas havia chegado a esse consenso e depois propunham debate sobre a matéria. O Conselheiro
1932 Antônio Vieira encaminhou para encerrar o assunto, por ter que se retirar. Concordava que o tema era
1933 importante, tendo que ser debatidos e esclarecido, sugerindo levar para a VIII Conferência Nacional
1934 de Assistência Social para amadurecimento e subsidiando debate posterior, visto que a Plenária não
1935 tinha condições de discutir. O Presidente destacou que não poderiam encerrar a Plenária sem discutir
1936 a Presidência Ampliada. A Conselheira Simone concordou com a Conselheira Leila, solicitando a
1937 retirada da pauta do relato da Comissão. A seguir, o Presidente considerou aprovado o Item 1,
1938 suspendendo o item 2, 3 e 4 para próxima reunião. O Presidente indicou as pendências existentes,
1939 calendário 2012, reunião da 796ª, de 2011 e ampliada 2012, convocando reunião para o dia 11 de
1940 dezembro. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a
1941 presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos
1942 pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta
1943 Ata, aprovada em reunião de de de dois mil e onze.